



Autárquicas 2018: Frelimo já se candidatou para as eleições de Outubro e fala em “ganhar bem”

O partido no poder, a Frelimo, formalizou a sua candidatura para as eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo, na quinta-feira (09), na Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Texto: Emildo Sambo

À saída da sala onde aquele órgão do Estado recebe a candidaturas, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano (CICJC), a mandatária da Frelimo, Verónica Macamo, disse que o desejo da sua formação política é vencer em todas as 53 autárquias.

Aliás, em vez da dúvida, ela mudou o discurso e cantou vitória antecipada: “Estamos convencidos de que vamos ganhar, e bem”, porque segundo disse, o seu partido é “muito bem organizado (...)”.

Comentando a respeito da escolha dos candidatos do seu partido, a mandatária, que é também presidente da Assembleia da República (AR), considerou que a Frelimo pauta pela “renovação na continuidade”, com vista a garantir que tenha uma “mescla de experiência e sabedoria”, bem como os “novos saberes trazidos pelos jovens”.

A Frelimo foi o primeiro partido a candidatar-se para as quintas eleições autárquicas, a realizarem-se no dia 10 de Outubro. O processo decorre de 06 a 13 de Agosto em curso.

Na quarta-feira (08), candidatou-se o movimento Solidariedade Cívica de Moçambique (SCM), encabeçado pelo pastor Carlos Tembe, que nos últimos 20 anos estava filiado a Juntos Pela Cidade (JPC) e ao Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Ele vai concorrer apenas na cidade de Maputo.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Presidente Nyusi, espantado com relatórios de “realizações”, ignora mais de meio milhão de pessoas em insegurança alimentar aguda em Moçambique



O Presidente Filipe Nyusi deixou a impressão, durante o último périplo pelas províncias, de ter sido surpreendido por relatórios que só apresentam “realizações”. Porém, tão grave como as bolsas de fome que lhe foram ocultadas, é facto do Chefe de Estado ter ignorado o Relatório do SETSAN que alerta para a existência “531,476 pessoas em 19 distritos foram classificadas em situação de crise (...) necessitando de intervenções urgentes para proteger seus meios de vida, reduzir o défice de alimentos e aumentar a sua resiliência aos eventos extremos”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Gabinete de Imprensa PR / Arquivo continua Pag. 02 →

Autárquicas 2018: Renamo escolhe Manuel Bissopo para tira-teimas com Daviz Simango e Augusta Maita na Beira

O secretário-geral da Renamo, Manuel Bissopo, é o cabeça-de-lista da Renamo para a cidade da Beira, segunda maior urbe de Moçambique, nas eleições autárquicas de 10 de Outubro deste ano. Ele vai enfrentar o edil Daviz Simango, presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que desde 2003 é o todo-poderoso naquela urbe, que a Frelimo tentará arrancá-la das mãos da oposição. Para o efeito, vai correndo com a actual secretária permanente da província de Sofala, Augusta Maita.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Ainda em Sofala, a Renamo depositou confiança em Joaquim Greva, Alfredo Magaço, Eusébio Vasco e Felizardo Chapo, para os conselhos autárquicos de Dondo, Gorongosa, Marrromeu e Nhamatanda.

Os cabeças-de-lista do maior partido da oposição foram divulgados na quinta-feira (09), na capital moçambicana, pelo porta-voz da Comissão Política Nacional, Alfredo Magumisse. A sede da Renamo quase ficava pequena para acolher os militantes, alguns idos de Quelimane, Tete, como é o caso de Manuel de Araújo e Ricardo Tomás, respectivamente.

Para a cidade de Maputo, a “perdiz” reconfirmou Venâncio Mondlane, que no dia 10 de Outubro estará em tira-teimas diante de Eneas Comiche, candidato da



Frelimo. O MDM ainda não indicou o seu aspirante a edil, depois de ter sido dado as costas por Venâncio.

Na autarquia de Nampula, a Re-

namo confia em Paulo Vahanle, que na última eleição intercalar derrotou na segunda volta o candidato da Frelimo, Amisse Cololo. Os dois voltam a encontrar-se dentro de 61

continua Pag. 13 →

Diga-nos quem é o XICONHOÇA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 01 - Presidente Nyusi, espantado com relatórios de "realizações", ignora mais de meio milhão de pessoas em insegurança alimentar aguda em Moçambique

Durante a visita que realizou a província de Tete, entre 30 de Julho e 2 de Agosto, o Presidente da República constatou, numa sessão do governo local que o relatório que lhe foi apresentado não correspondia à realidade. "Aqui na produção agrícola campanha 2016/2017 estão a falar de haver queda irregular pluviométrica em algumas regiões da província, com maior incidência falam de Doa, Changara, Moatize e Zumbo. Mas dificultaram-me o comício, ali hoje eles disseram-me (em Chiuta) que tem problemas, para vocês não há? Para eles em coro há. Qual é a explicação? Disseram em coro, vocês ouviram!"

só trazem propaganda das "realizações" o facto é que Filipe Nyusi também ignorou o Relatório da Análise de Insegurança Alimentar Aguda, produzido pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), que alertou no início de Junho passado que mais de meio milhão de moçambicanos precisavam de acções imediatas para colmatar a insegurança alimentar aguda em que estão.

"No período de Abril a Setembro de 2018, 531,476 pessoas em 19 distritos foram classificadas em situação de crise nos distritos

Inhambane, Cahora Bassa, Changara, Chifunde, Chiuta, Doa, Magoe, Marara, Moatize e Mutarara na Província de Tete e Chemba na Província de Sofala necessitando de intervenções urgentes para proteger seus meios de vida, reduzir o défice de alimentos e aumentar a sua resiliência aos eventos extremos", pode-se ler no relatório a que o @Verdade teve acesso e que mereceu análise pelo Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) a 11 de Junho.

Só na província de Tete os afectados são 20.775 no distrito de Chiuta, 26.374 em Doa, 21.002 em Magoe, 16.625 em Marara, 85.887 em Moatize, 43.572 em Mutarara e 17.586 em Chemba.

O documento indica que "Foram apontados como as principais causas, a fraca produtividade agrícola devido a queda irregular e início tardio de chuvas, falta de sementes melhoradas e tolerantes a mudanças climáticas, consumo inadequado de alimentos, insuficiência de reservas alimentares, incidência de pragas e doenças nas culturas e baixo acesso aos serviços de água e saneamento melhorado".

Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Sofala e Inhambane em situação de estresse alimentar

O Relatório do SETSAN, que foi produzido entre Abril e Maio deste ano, concluiu ainda, agregando outros factores de risco, que "o número total de pessoas em situação de crise é de 891,053, representando 17 por cento da população total dos 36 distritos nas 7 províncias analisadas".

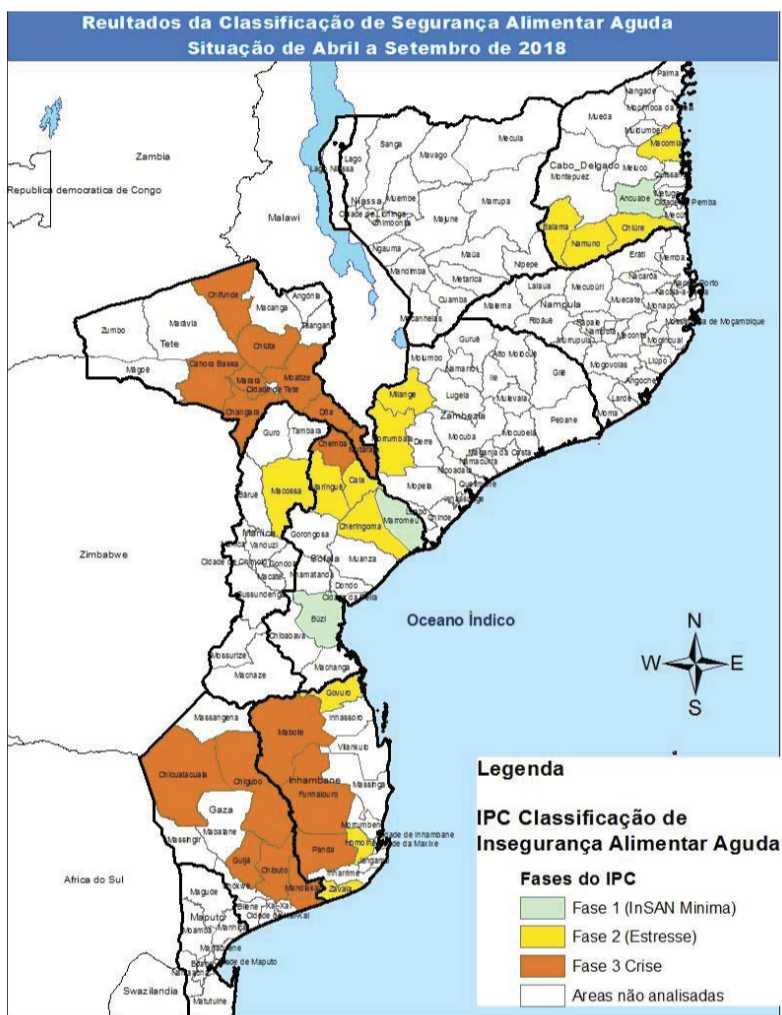
Para além dos cidadãos moçambicanos em insegurança alimentar aguda o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional classificou como "em situação de estresse" 13 distritos das províncias de Cabo Delgado (4), Zambézia (2), Manica (1), Sofala (3) e Inhambane (3) e ainda "3 distritos foram classificados em situação de insegurança alimentar mínima".

Após a apresentação efectuada pelo SETSAN ao Centro Nacional Operativo de Emergência o @Verdade questionou quanto iria custar o atendimento desses moçambicanos em situação de emergência alimentar. O porta-voz do CENOE, Paulo Tomás, disse na ocasião que

ainda não estava quantificado e alertou para o facto do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades "só ter disponibilidade de cereais e feijões para um mês".

Nenhuma actualização foi feita entretanto. A julgar pelo espanto do Presidente da República a insegurança alimentar aguda de 531,476 moçambicanos ainda nem sequer mereceu a atenção dos governantes. Aliás o @Verdade sabe que no seguimento da visita presidencial o Conselho de Ministros desta semana terá pela primeira vez tomado conhecimento da gravidade da situação.

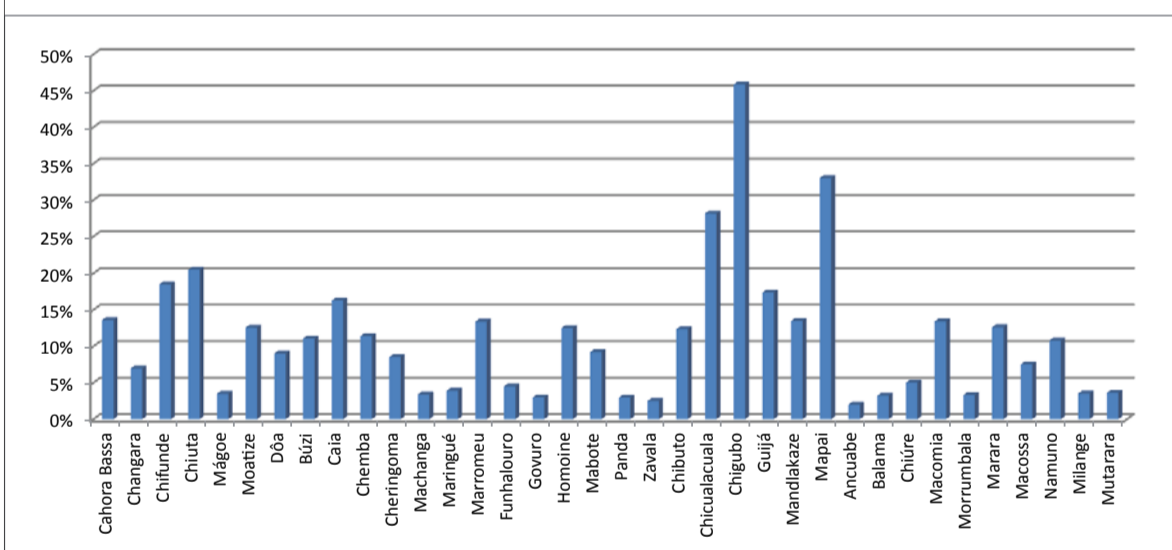
Em Abril último a Directora Nacional Adjunta da Saúde, Maria Benigna Matsinhe, declarou que "Muito se faz mas também pouco se faz" em relação a insegurança alimentar que causa a desnutrição crónica, uma doença que afecta 43 por cento dos moçambicanos retardando o crescimento das crianças, deixando-as vulneráveis a contrair doenças infecciosas e degenerativas, causando fraco desempenho intelectual e podendo "conduzir a perdas de produtividade de cerca de 2 a 3 por cento do Produto Interno Bruto".



Mas se o povo reclama de fome e o Chefe de Estado notou só agora que os relatórios apresentados durante as suas visitas quase

de Chibuto, Chicualacuala, Chigubo, Guija, Mandlakaze e Mapai na província de Gaza, Funhalouro, Mabote e Panda na Província de

Figura 1: Percentagem de Agregados familiares com consumo alimentar inadequado ou pobre



Autárquicas 2018: Depois de quatro mandatos no JPC e MDM, Carlos Tembe aventura-se na SCM

Cidadãos filiados ao movimento cívico designado Solidariedade Cívica de Moçambique (SCM) candidataram-se, na quarta-feira (08), na cidade de Maputo, única autarquia onde o seu cabeça-de-lista pretende concorrer a edil nas eleições de 10 de Outubro próximo.

Texto: Emildo Sambo

Carlos Tembe, de 52 anos de idade, durante três mandatos [15 anos] foi membro da bancada Juntos Pela Cidade (JPC), na Assembleia Municipal de Maputo (AMM). Esta passa a chamar-se Assembleia Autárquica de Maputo, à luz da recém-aprovada lei eleitoral pelo Parlamento.

Ele cumpriu também um mandato [5 anos] pela bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), naquele órgão deliberativo.

O SCM é maioritariamente constituído por jovens. O aspirante a edil de Maputo, a capital e cidade mais

importante de Moçambique, é igualmente pastor.

Após a candidatura no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano (CICJC), onde a Comissão Nacional de Eleições (CNE) se instalou para garantir celeridade ao processo, Carlos Tembe disse que conhece a capital do país, os seus problemas e pretende "trazer soluções".

"Quem conhece Maputo, nos últimos 20 anos, sabe que tem problemas de mobilidade [transporte], mercados" não devidamente orga-

nizados e o desemprego. "Nós como movimento cívico temos soluções (...)" para que a urbe "seja de facto uma capital económica".

Tembe alegou que no MDM não teve espaço para mostrar trabalho e gostaria de aplicar a sua experiência de 20 anos como membro da assembleia municipal para materializar o slogan da SCM: "Juntos Vamos Servir Maputo".

As candidaturas para as quintas eleições autárquicas, a realizarem-se no dia 10 de Outubro, decorre de 06 a 13 de Agosto corrente.

Mundo

Número de mortes por terremoto na Indonésia chega a 131; busca por sobreviventes continua

O número de mortes provocadas pelo forte terremoto que atingiu a ilha de Lombok, na Indonésia, na semana passada, chegou a 131 na quarta-feira, à medida que equipas de resgate encontraram mais vítimas debaixo de prédios desmoronados, mas alguns ainda mantêm a esperança de encontrar sobreviventes.

Texto: Agências

"Nós não sabemos com certeza quantas pessoas estão vivas debaixo dos destroços", disse o porta-voz da agência de resgate da Indonésia, Sutopo Purwo Nugroho, a repórteres em Jacarta.

"Há relatos... de que há pessoas enterradas vivas, é um momento crítico para a retirada imediata", acrescentou, sem dar mais detalhes.

A agência de resgate disse anteriormente que 105 pessoas haviam morrido, incluindo duas na ilha vizinha de Bali, que também sentiu o terremoto de magnitude 6,9.

Lombok já havia sido afectada por um terremoto de magnitude 6,4 que deixou 17 mortos no dia 29 de julho e isolou temporariamente centenas de turistas na encosta de um vulcão.

Editorial

averdademz@gmail.com

Xiconhoca

Decisões desprovidas de bom senso

É, sem dúvidas, uma crença equivocada tentar acabar com os órgãos de informação independentes no país para que estes não reportem ou levem aos moçambicanos o desgoverno que a Frelimo tem vindo a impor há vários anos. Pelo andar da carruagem, sobretudo na antecâmara de dois ciclos eleitorais, é isso que pretende o Governo de Filipe Nyusi.

Aliás, a luz do Decreto nº 40/2018 aprovado no passado dia 12 de Junho, na 19ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, o Governo vai a apertar o cerco dos meios de Comunicação Social independentes e tentar barrar a presença de jornalistas estrangeiros. Deliberadamente, Executivo de Nyusi aumentou e criou diversas taxas de licenciamento e registo para serviços de rádio, televisão e imprensa escrita. E, como se isso não bastasse, agravou o

custo da acreditação de jornalistas estrangeiros. Trata-se de valores astronómicos, tendo em conta a realidade do sector de comunicação no país.

A tamanha ridícula decisão demonstra o despero do Governo da Frelimo que está habituada a vassalagem dos órgãos de informações que sobrevivem à custa do suor dos moçambicanos, como é o caso da Televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique, e os jornais Notícias e Domingo, que funcionam com verdadeiros boletins informativos do Governo de turno. Diga-se em abono da verdade que a crise económica e financeira provocada pelo próprio Governo da Frelimo provocou problemas mentais bastante sérios nos indivíduos que constituem o Executivo de Nyusi e, como consequência disso, são essas decisões desprovidas de bom senso.

O mais caricato é que, de persianas fechadas numa sala climatizada de uma dessas instâncias turísticas de luxo na praia de Xai-Xai, um bando de improdutivos do Gabinete de Informação (GABINFO) do Estado moçambicano assim como os responsáveis máximos da Agência de Informação de Moçambique, entre outras entidades ligadas ao Governo da Frelimo, chegaram a estúpida conclusão de que há necessidade de se criar um órgão que regule a comunicação social no nosso país.

A desculpa estapafúrdia para essa insensata decisão é de que alegadamente se verifica "exercício desregrado e atentatório aos direitos e liberdades individuais protagonizado pela imprensa moçambicana". Resumido, pretende-se voltar a criar o Ministério de Informação para controlar a Imprensa, à se-

melhança do que acontecia no tempo de monopartidarismo.

Isso prova, mais uma vez, que os impostos do povo moçambicano estão a ser usados de forma imprópria por indivíduos que não fazem mais nada para além de ajeitar a gravata do Presidente da República e o seu partido Frelimo.

Portanto, diante dessa situação, o que mais preocupa é o silêncio cúmplice dos partidos políticos e as embaixadas (que injectam milhões e milhões de dólares no três poderes), não obstante a informação ter sido amplamente divulgada. Era de esperar que essas entidades tomassem uma posição, pois esse ridículo decreto que, para além de ser um atentado à liberdade de expressão, fere sobremaneira um dos direitos fundamentais que é o acesso à informação.

GABINFO

O Gabinete de Informação (GABINFO) do Estado moçambicano é, sem sombras de dúvidas, o exemplo de Xiconhoca da pior espécie que existe na face da terra. Mancomunado com o Governo da Frelimo, o GABINFO engendrou um plano macabro para acabar com os órgãos de informação independentes, e continuar a perpetuar as falcatruas da Frelimo. A atitude não só demonstra um golpe a liberdade de imprensa, mas também a falta de bom senso.

António Pinto

Há indivíduos que deveriam ser reconhecidos publicamente pela sua incompetência aguda. É o caso de António Pinto, então gestor das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM). O Xiconhoca atolou a companhia de bandeira nacional em dívidas. Aliás, António Pinto é o rosto da má gestão, ou seja, tudo que ele gera dá para o torto. É só lembrar que Moçambique entrou na lista negra da União Europeia numa altura em que ele liderava o Instituto de Aviação Civil que na verdade foi o responsável pelas irregularidades. É caso para dizer Xiconhoca!

Autoridades Policiais

A inércia e a inoperância das autoridades policiais moçambicanas não é de espantar os moçambicanos. Aliás, o povo moçambicano está habituado a sua inacção mórbida. A situação mais recente é relacionada com o sequestro do empresário sul-africano numa estância hoteleira em Palma, na província de Cabo Delgado. A Polícia moçambicana não tuge nem muge. Este não é o primeiro rapto de um empresário estrangeiro e que permanece sem o devido esclarecimento. Enfim, é a vergonha da Polícia que temos!

Sociedade

Gabinete Provincial de Combate à Corrupção em Sofala prende funcionários do Estado por roubo de fundos da extinta empresa TPB

Seis funcionários do Estado, dos quais cinco que integravam uma comissão de gestão da extinta empresa de Transportes Públicos da Beira (TPB) e outro que geria um fundo social dos trabalhadores, encontram-se detidos na cidade da Beira, província de Sofala, incriminados de roubo reiterado de mais de 12 milhões de meticais e branqueamento de capitais.

Texto: Redacção

Dois são funcionários do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), igual número da Direcção Provincial da Economia e Finanças e ainda outros dois trabalhadores daquela da antiga firma TPB. Estes últimos eram primeiro e segundo vogal, respectivamente, e um deles era também gestor do fundo social dos trabalhadores.

Para lograrem os seus intentos, eles criaram um subsídio ilegal em benefício próprio. Por isso, eles "encontram-se detidos por prática de peculato e branqueamento de capitais", disse à imprensa o porta-voz do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção (GPCC) em Sofala, João Chaua.

Segundo a fonte, os acusados "apoderaram-se, indevidamente, de 12.190.511.56 meticais".

O gestor do fundo social dos trabalhadores dos extintos TPB desviou 147 mil meticais.

De acordo com o GPCC em Sofala, os indiciados inventaram um esquema para retirar o montante em alusão, de Outubro de 2015 a Maio de 2017.

A denúncia, em anonimato, foi feita em 2017, e a entidade que lida com a corrupção em Sofala não se fez de rogada, tendo iniciado

uma investigação que provou que os ex-TPB e os trabalhadores estavam a ser lesados.

Aliás, a ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namachulua, disse na quarta-feira (08), na abertura do IV conselho coordenador da sua instituição, na província de Maputo, que, em 2017, mais de dois mil funcionários e agentes do Estado foram punidos por envolvimento em actos e corrupção. Alguns foram expulsos.

Refira-se que a empresa TPB foi extinta a 21 de Fevereiro de 2017, pela segunda vez. A primeira foi em 2015, por gestão danosa e violação da lei que orientava o funcionamento daquela firma, cujos património foi dividido pelos municípios da Beira e do Dondo.

Na altura, o edil da Beira, Daviz Simango, não concordou com a decisão do Governo devido a várias irregularidades levaram praticamente à falência dos TPB.

Ele considerou ainda "estranho que o Conselho de Ministros, num período de 18 meses, tenha extinguido a mesma empresa pela segunda vez sem revogar o anterior Decreto 15/2015, de 31 de Julho, sem naturalmente o cumprimento do propósito para que o mesmo foi criado".

goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Na passada quinta-feira (02) o @Verdade voltou a perguntar ao GCCC qual é o estágio das investigações sobre os subornos pagos pela Odebrecht, Cristóvão Mondlane disse que: "É preciso confessar estamos a passos lentos, como sabeis quando os assuntos atingem fronteiras além das nossas as investigações não são muito práticas".

"Recordo-me que na última conferência de imprensa disse que estaríamos bem lançados mas não depende de nós, ainda estamos na investigação mas não a passos muito rápidos como desejável. Na verdade pode haver acordos diplomáticos, em termos de cooperação judiciária, mas a burocracia é tanta. Estamos ainda a trabalhar com o Brasil no sentido de nos fornecer mais dados", explicou o porta-voz do GCCC.

Mas numa entrevista exclusiva ao @Verdade o juiz Sérgio Moro, responsável pela maior investigação de corrupção no Brasil, a Operação Lava Jacto, e pela documentação dos subornos da Odebrecht, disse que: "Não é absolutamente necessário que os casos fiquem dependentes somente das provas que as autoridades brasileiras compartilharem. Eles podem se desenvolver muito mais com um trabalho de investigação a partir disso".

Recorde-se que a construção do Aeroporto de Nacala foi acordada pelos presidentes Armando Emílio Guebuza e Luí Inácio Lula da Silva, parte do financiamento foi disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico do Brasil (BNDES). Os quadros do Governo de Moçambique que participaram do processo de financiamento e aprovação foram o então ministro das Finanças, Manuel Chang, o então ministro dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, e o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Aeroportos de Moçambique à data, Manuel Veterano.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/66510>

Moises Jesus Alberto
Parece que o único país que não tem burocracia é Tailândia, em 48h horas capturaram e nos devolveram o Nini, bem que o número de B.O. precisava da nova pintura... · 20 h

Saide Salihina Bichehe
Esse noticiário é só para nos fazer a cabeça · 1 dia(s)

Alberto Da Silva O Motel da BO está tudo ocupado já não a espaço para

dezembro · 12 h
Francisco Oliveira Tragam Samora de volta! · 9 h

Jose Carvalho Esse gang dos 4 deveria estar já na Machava junto com o Satar. Acorda bom povo de Moçambique!!!! · 1 dia(s)

Victor Rego Ja nao ha necessidade duma investigação; Nini ja ocupou as selas. · 1 dia(s)

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

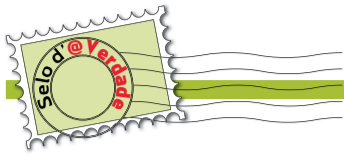
MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Taxas de terra

1. Introdução

Na Reunião Nacional de Terras realizada na Cidade da Beira, a 6 de Julho de 2017, à qual fomos convidados, foram discutidas linhas gerais de uma Estratégia de operacionalização dos mecanismos de colecta de taxas de terras. São essas linhas gerais que em seguida se resumem.

2. Quanto aos conceitos gerais

Os titulares do direito de uso e aproveitamento da terra estão sujeitos ao pagamento de taxas de autorização e taxa anual. As taxas de terra fazem parte do conjunto de tributos. Os Tributos podem assumir as seguintes formas: (1) Impostos (Ex: IRPS, IRPC e IVA), que é uma prestação pecuniária compulsiva de carácter unilateral, cujo objectivo é gerar recursos que visem a satisfação de necessidades públicas; e (2) Taxas, que são prestações pecuniárias compulsivas que obrigam o estado a uma contrapartida.

A tributação tem geralmente os objectivos de (a) recuperar custos de administração, (b) aumentar a receitas do Estado, e (c) promover uma determinada política.

As taxas de autorização provisória e de autorização definitiva são taxas, propriamente: implicam uma contrapartida de actividade do Estado.

A taxa anual assemelha-se mais a uma renda pois varia segundo a sua localização, dimensão e finalidade do uso e aproveitamento da terra. Isto é, mesmo considerando que a terra “não tem valor” como um bem, o seu uso e aproveitamento tem um valor económico.

As taxas de terras são também estabelecidas para servir de incentivo a uma política (isenções e coeficientes diferentes consoante sectores sociais e finalidades, nacionalidade dos titulares e outros). Por exemplo, em alguns países evita-se incluir as benfeitorias no cálculo de taxas da terra para não desincentivar o investimento.

3. Quanto à actual situação da governação de terras no que respeita às taxas de terras

Embora não se baseiem em valores de mercado, pois em Moçambique não é reconhecido o mercado de terras, as taxas de autorização e as taxas anuais de uso e aproveitamento da terra são estabelecidas de forma clara na legislação. Este facto evita a taxação arbitrária e contribui para se ter um sentido de justiça no seio da sociedade

O sistema de consignação das receitas obtidas tem impacto positivo no crescimento da arrecadação, que é eficiente, isto é, a baixos custos, mas há ainda bai-

xa eficácia de cobrança em função do objectivo e potencial: sem listagem, métodos de pagamento limitados, envolvimento local e coordenação institucional que podem ser melhorados.

Os valores das taxas não foram actualizados regularmente, tendo a última actualização ocorrido há cerca de 7 anos, em 2010.

Actualmente, o potencial de receita é da ordem de 200 milhões de MZM e estão a ser cobrados cerca de 40 milhões. Porque é assim? O facto de terem sido cadastrados e atribuídos direitos de uso e aproveitamento não implica o início imediato de cobrança de taxas. Com efeito, embora a cobrança da taxa de autorização provisória seja feita no início do processo, a cobrança da taxa de autorização definitiva e da taxa anual realiza-se em momentos específicos do ano, de acordo com Regulamento da Lei de terras. A taxa anual só começa a ser cobrada no segundo ano. Por isso o cálculo da taxa potencial teria de tomar em conta datas de autorização provisória e definitiva. É possível notar um aumento contínuo da cobrança de taxas a custos baixos relativamente ao valor cobrado, pois ela efectuada de modo descentralizado, próximo dos contribuintes, que podem pagar por transferência bancária. Os serviços não têm funcionários que só façam esse trabalho e os seus custos de deslocação e fiscalização são distribuídos por várias outras actividades.

Quando puderem ser cobradas adequadamente, as taxas da província da Zambézia seriam mais do que hoje se cobra em todo o país. A Província de Niassa deveria cobrar mais do que as províncias de Cabo Delgado, Tete e Gaza combinadas. A Província de Maputo deveria cobrar quase tanto como as províncias de Inhambane e Manica combinadas. De facto, as Províncias de Zambézia, Niassa, Maputo e Sofala poderiam contribuir com quase 2/3 da cobrança de taxas de todo o país.

4. Quanto às principais constatações

O actual valor de cobrança de taxas é inferior às necessidades para uma administração de terras auto-sustentável. Como se pode ver pela exiguidade de orçamento e sistemático recurso a doadores para adquirir, manter e desenvolver recursos humanos, equipamento, mobiliário e imobiliário e outros meios de trabalho

Há ainda carência de informação precisa e oportuna para a tomada de medidas que melhorem a administração de terras. Sem boa informação é difícil desenhar e implementar uma boa política e bons procedimentos administrativos. Sem dados é di-

ficil encontrar o ponto-de-ouro para cobrar o suficiente para desenvolver o sistema de administração de terras, mas também para influenciar o bom uso da terra e o combate à ociosidade e especulação.

Há capacidades disponíveis, internas e interinstitucionais, assim como boas sugestões já feitas pela DINAT, FCT e parceiros que permitem um aumento substancial da colecta de taxas, tanto a curto como a longo prazo. Não se encontram boas razões para adiar algumas medidas de impacto imediato. O sistema de consignação tem impacto positivo e pode ser valorizado

O actual modelo de taxas de terras tem os seguintes Pontos Fortes: o modelo é de estrutura simples, essencialmente multiplicativo; é progressivo em relação à dimensão das parcelas; favorece os pequenos agricultores, que são a maioria dos utilizadores de terras; está ajustado em função do valor de localização e actividade; a consignação de receitas tem bons resultados, isto é, resulta em melhor eficiência de cobrança; as melhorias podem ser graduais e requerem, no máximo, recurso a Decreto, mas a maioria pode ser feita com recurso a Diplomas Ministeriais.

Os Pontos Fracos do modelo são os seguintes: é pouco sofisticado, isto é, não reflecte realidades mais diferenciadas de usos locais, acesso aos seus bens e serviços e classes de dimensão (ao contrário do Regulamento de 1987ix); é de estreita base tributária por incluir isenções amplas; não penaliza ociosidade e especulação; não se aborda o mercado ilegal de terras; sofre da falta de um Sistema de Gestão de Colecta de Taxas que “comunique” com o Sistema de Informação sobre Gestão de Terras (SiGIT) e outros sistemas de colecta (NUIT).

5. Quanto às recomendações principais

A Curto prazo recomendou-se:

- Reajustar o valor das taxas e rever os coeficientes – aumentar das classes de tamanho, reduzir os tipos de uso e criar o critério adicional de localização, principalmente em relação à área costeira – e penalizar atraso, ociosidade ou subutilização. Estabelecer um período regular de revisão (a cada 3 anos, por exemplo), incluindo, no reajuste, as taxas anuais e também as taxas de autorização e trabalhos;
- Dados os custos de manutenção dos títulos, pode ser implementada uma taxa anual de cadastro.
- Ajustar os valores de consignação para maior envolvimento local. Por exemplo, onde pagam as taxas as empresas que usam terra num distrito, mas estão sediadas numa capital provincial?

- Formular um Sistema de Gestão de Colecta de Taxas, que “comunique” com o SiGIT, para aumentar a previsibilidade, transparência, eficiência e eficácia de cobrança. Tal permite publicar listas de cobrança, responsáveis e metas de cobrança, assim como a listas de devedores.

A Médio prazo recomendou-se:

- Ampliar os métodos e meios de cobrança e pagamento, através do sistema bancário, com recurso a TIC e reforçar a coordenação intersectorial, incluindo com a Autoridade Tributária.
- Estudar formas e valores – formais e informais - de aquisição de terras e suas benfeitorias.
- Regulamentar a cessão de exploração e, eventualmente, o imposto predial rural e/ou sisa (sobre benfeitorias e infra-estruturas que são propriedade dos titulares, mesmo antes de haver autarquias em certos locais).
- Estudar e propor coeficientes relativos à proximidade de zonas de protecção (estradas segundo tipos, linhas de energia, etc.).

A Longo prazo recomendou-se:

- Realizar uma revisão do direito fundiário moçambicano no que respeita à valorização da terra, no quadro da anunciada revisão do quadro jurídico e legal, eventualmente visando não ignorar o mercado de títulos e/ou a locação por parte do proprietário (Estado-cidadãos) e sublocação pelos titulares de direitos definitivos de DUAT, sob condições a determinar à luz das directrizes da Política Nacional de Terras (Proposta do Relatório do LGAF)
- Ajustar o valor das taxas e rever os coeficientes, para melhor reflectirem o zoneamento agro-ecológico, os planos de uso da terra e o nível de desenvolvimento local. A unidade regional pode ser a província (Proposta de McCluskey), ou uma região agro-ecológica ou até o distrito (como estabelecia o Regulamento de 1987).

6. Tópicos de estudo e debate

- O que pode ser feito por decretos, diplomas e despachos sem recorrer a mudanças na Lei? Por exemplo, poderiam ser revistos os critérios, constantes das tabelas 1, 2 e 3 do Regulamento, por Decreto; a sua actualização, por Diploma Ministerial e a introdução de novos meios de pagamento, por Diploma Ministerial
- Que impactos e cobertura, e que termos de referência deveria ter um sistema de e-taxa? E qual deveria ser a sua vinculação com SiGIT e NUIT? Quais os instrumentos legais a propor?
- Finalmente, quais os termos de referência de um Sistema de Gestão de Colecta de Taxas, se ele for separado do SiGIT?

Por João Carilho

Observatório do Meio Rural (OMR)

Xiconhoiques

Esconder Nini dos mídias

A Polícia da República de Moçambique (PRM) é bastante cómica. Por alguma carga de água, a nossa Polícia decidiu esconder, sobretudo dos mídias, a chegada a Moçambique de Momade Assife Abdul Satar, nos meandros do crime conhecido por Nini Satar. O mais caricato é que a Polícia moçambicana montou um aparato esquema de segurança para receber o indivíduo. Curioso é que as autoridades policiais, todos os dias, esforçam-se para mostrar a cara dos “pilha galinhas”, mas tudo fizeram para que nenhum órgão de informação nacional registasse imagens da chegada do condenado mais famoso do país. Já a Polícia tailandesa, que mais protagonismo teve no processo, não teve problemas em apresentá-lo ao público. Diante dessa situação, a pergunta que se cola é a seguinte: O que há por detrás de todo esse secretismo?

Aumento da corrupção

A cada dia que passa fica claro que o combate à corrupção não passa de um mero discurso para acalantar os moçambicanos. O exemplo disso é que, todos os dias, são reportados casos de corrupção, desde o nível mais alto até ao baixo, demonstrando, diga-se em abono da verdade, a propensão à corrupção que existe nas veias de alguns moçambicanos. Quando se espera que reduza, a situação tende a piorar. O mais revoltante diante dessa triste realidade que tem vindo a hipotecar o futuro de milhares de moçambicano é a inoperância da Procuradoria-Geral da República, concretamente o seu Gabinete Central de Combate à Corrupção. Há vários casos de corrupção no país que necessitam de ser investigados, mas a Procuradoria continua a fazer de contas que o assunto não lhe diz respeito.

Memorando assinado secretamente

O Governo da Frelimo, na pessoa do Presidente da República Filipe Nyusi, e a Renamo, assinaram mais um memorando de entendimento de forma secreta e sem o envolvimento de outras forças vivas da sociedade, facto esse que deixa os moçambicanos na dúvida em relação aos assuntos acordados. A única coisa que se diz é sobre os assuntos militares, mas não se especifica os pontos. Na verdade, é mais um passo na sombra rumo à paz. De acordo com a comunicação de Nyusi a nação, o documento, que não foi assinado na presença de jornalistas nem foi tornado público, indica supostamente de forma clara o roteiro sobre os assuntos militares e os passos subsequentes e determinantes de uma paz efectiva e duradoura no que tange ao desarmamento, desmobilização e reintegração. Bem, resumindo, é mais um Xiconhoique na forja!

Acidente de viação mata e fere passageiros em Nampula

Oito pessoas perderam a vida e outras 12 contraíram ferimentos graves e ligeiros, em consequências de um acidente de viação, ocorrido no fim-de-semana, no distrito de Meconta, província de Nampula.

Texto: Redacção

Fonte da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Nampula, confirmou o facto ao @Verdade. Disse que aconteceu na zona de Nacavala, mas não avançou pormenores, alegadamente porque ainda havia equipas no terreno a investigarem o caso.

A vítimas viajavam num minibus de transporte de passageiros, o qual capotou após um suposto rebentamento de pneu, no percurso ilha de Moçambique/cidade de Nampula.

Sete indivíduos morreram no local do sinistro e o outro perdeu a vida a caminho do Hospital Central de Nampula (HCN), para onde foram socorridos os sobreviventes.

Até ao fecho desta edição, pelo menos cinco pacientes continuavam em estado crítico naquela unidade sanitária.

FMI revê em alta crescimento económico de Moçambique mas não vai retomar o Programa suspenso em 2016



Uma equipa do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) que visitou o nosso país assinalou que “a economia Moçambicana está a recuperar gradualmente”, reviu em alta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), “4 por cento em 2018”, todavia nenhum avanço aconteceu no esclarecimento das dívidas ilegais das estatais Proindicus, EMATUM e MAM e por isso continuará suspenso o Programa financeiro do FMI, que é catalítico para Moçambique sair da crise económica e financeira em que está mergulhado desde Abril de 2016.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Procuradoria da Cidade de Maputo “caça” Venâncio Mondlane

Sem ter sido ouvido, o cabeça-de-lista da Renamo na capital moçambicana, Venâncio Mondlane, foi na última quinta-feira (02) notificado do facto de ter sido constituído arguido pela Procuradoria da Cidade de Maputo, por “haver indício de crime de difamação” contra uma pessoa não identificada, no “processo número 577/1105/2017”, o que pode colocar em causa a sua candidatura às eleições autárquicas a realizarem-se no dia 10 de Outubro.

Texto: Emildo Sambo

A procuradoria diz que o político “fica notificado nos termos do artigo 251 do Código do Processo Penal” e o crime que supostamente cometeu é “previsto e punido pelo artigo 229”, do mesmo dispositivo, “no âmbito dos autos de instrução preparatória”.

O @Verdade apurou, telefonicamente, do próprio arguido, no sábado (04), que não foi ouvido pela entidade que o notificou.

Ele assegurou-nos que não conhece a natureza da queixa, nem a identidade do queixoso e tão-pouco o fundamento para ser constituído arguido. “Vou-me apresentar [à Procuradoria] porque também desejo saber o que se passa”.

Alguma opinião pública não tem dúvidas de que este processo é uma tentativa de impedir a concorrência do visado nos pleitos eleitorais que se avizinhavam. Os suspeitos podem ser os mesmos de costume.

Venâncio Mondlane disse-nos que a Procuradoria da Cidade de Maputo não lhe esclareceu quem é o queixoso, nem que prática ele cometeu e que consubstancie difamação.

Todavia, sem revelar o nome e muito menos avançar pormenores, o político assegurou que tem uma ideia vaga sobre quem pode ser o queixoso e por que razão.

“Estou à espera também que me digam [a

continua Pag. 06 →

Autárquicas 2018: Concorrentes às eleições de Outubro têm oito dias para se candidatarem

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) retoma esta segunda-feira (06) até 13 de Agosto corrente, das 07h30 às 18h00, a recepção de candidaturas dos partidos políticos, coligações de formações políticas e grupos de cidadãos eleitores, para as eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo. Estas serão realizadas com base num “sistema de lista”, que consiste na escolha dos membros da assembleia autárquica e o cabeça da lista vencedora será proclamado presidente do conselho autárquico.

Texto: Emildo Sambo

As candidaturas serão feitas em apenas oito dias [de 06 a 13/08/2018], contra os 23 dias [05 a 27/07/2018] que o mesmo processo levaria quando foi inviabilizado por falta de uma lei que operacionalizasse a Lei número 1/2018, de 12 de Junho, referente à Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique.

Por conta disso, as candidaturas estavam suspensas há cerca de um mês, o que torna o trabalho da CNE cada vez mais apertado.

Na sequência da aprovação das leis número 6 e 7/2018, de 3 de Agosto, aquele órgão reuniu-se na última sexta-feira (03) e deliberou fazer uma segunda adenda ao calendário do sufrá-

gio eleitoral de 10 de Outubro.

A adenda em causa foi apresentada aos partidos políticos, no sábado (04).

No encontro, a CNE deu a conhecer os procedimentos a serem seguidos para a apresentação de candidaturas e sobre os outros passos atinentes ao escrutínio que se avizinha.

O porta-voz da CNE, Paulo Cui-nica, disse à imprensa que a apresentação das candidaturas às eleições autárquicas, até a próxima segunda-feira (13), respeita os 60 dias antes da votação, nos termos do número 2 do artigo 161 da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto.

continua Pag. 06 →

CA
PAZ
ES

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - FMI revê em alta crescimento económico de Moçambique mas não vai retomar o Programa suspenso em 2016^o

Chefiada por Ricardo Velloso, a equipa que visitou o nosso país a convite do ministro da Economia e Finanças, assinalou que: “A economia Moçambicana está a recuperar gradualmente. O crescimento real do PIB atingiu os 3¼ por cento em 2017 – mais ¾ pontos percentuais em relação à projecção do Fundo na última consulta do Artigo IV – apoiado por uma recuperação mais forte do que o esperado na agricultura e por uma produção mineira significativamente mais alta”.

“A inflação declinou rapidamente, de um pico de 26 por cento (em termos homólogos) em Novembro de 2016 para cerca de 6 por cento (em termos homólogos) em Junho, reflectindo a política monetária apertada, a estabilidade cambial e a desaceleração dos aumentos dos preços dos alimentos”, indicou Ricardo Velloso a jornalistas, em conferência de imprensa em Maputo na passada sexta-feira (03).

Velloso, que lidera a missão do FMI para Moçambique desde Maio, indicou que que as medidas adoptadas pelo Governo de Filipe Nyusi de eliminar os subsídios ao combustível e ao trigo, a adopção do ajuste automático do preço do combustível, o aumento dos preços da energia e dos transportes “ajudaram a conter o défice fiscal”.

“Projecta-se um crescimento real do PIB em cerca de 3,5 a 4 por cento em 2018, acelerando-se para cerca de 4 a 4,5 por cento em 2019. Espera-se que esta recuperação seja apoiada por reduções adicionais nas taxas de juro

face ao cenário favorável da inflação. Espera-se que a inflação permaneça baixa nos 6,5 por cento em 2018, e que desça para 5,5 por cento em 2019. As reservas internacionais deverão manter-se a níveis confortáveis em 2018 e 2019”, assinalou ainda Ricardo Velloso.

“Seria prudente dar um aumento salarial abaixo da inflação projectada, talvez 5,5 por cento para os trabalhadores que ganham menos”

O Fundo Monetário recomendou para o ano das Eleições Gerais “a submissão de uma proposta orçamental sustentada por pressupostos macroeconómicos realistas, bem como por projecções da receita e despesa prudentes. Do lado da receita, a missão recomendou a eliminação das isenções do IVA, excepto para os bens da cesta básica, e o fortalecimento da administração do IVA”.

Em termos de despesa previstas para o Orçamento de Estado de 2019 o FMI recomendou “a redução do tamanho da folha salarial como percentagem do PIB através de aumentos salariais moderados, particularmente para as camadas melhor remuneradas do sector público, e parcimónia nas contratações adicionais, que deverão ser limitadas às necessidades urgentes nos sectores sociais”.

Ricardo Velloso explicou que: “seria prudente dar um aumento salarial abaixo da inflação projectada, talvez 5,5 por cento para os trabalhadores que ganham menos e um aumento de 2 por cento para os trabalhadores que



tem salários mais alto. Isso seria uma maneira de conter a massa salarial com um crescimento abaixo da inflação projectada para o próximo. Uma outra fonte seriam as contratações, pode-se pensar, e o Governo no passado anunciou que para cada três funcionários que se aposentam dois são contratados, talvez ir para 3 para 1 algo do género, e usar a realocação de funcionários, dos locais onde há excesso de funcionários para lugares onde há necessidade”.

“A nossa expectativa é de que a taxa de câmbio permaneça estável aos níveis actuais de 58 a 60 meticais por dólar”

Na óptica do Fundo Monetário Internacional há espaço para o Banco de Moçambique continuar a relaxar a política monetária, mas “isto deve ser feito com cautela face às incertezas na economia mundial e às incertezas de um ciclo eleitoral intenso em Moçambique.

Velloso esclareceu que durante a visita, que aconteceu entre 25 de Julho e 3 de Agosto de 2018, não houve encontros com a Procuradoria-Geral da República sobre o dossier das dívidas ilegais das empresas Proindicus, EMATUM e MAM e que este ano nenhuma outra equipa do FMI deverá voltar a visitar Moçambique o que leva o @Verdade a concluir que a suspensão do Programa financeiro da instituição irá manter-se “sine die”, assim como a crise económica e financeira.

Quicá por isso esta missão tenha recomendado, relativamente à Dívida Pública, que continue acima dos 112 por cento do PIB, ao “governo a recorrer, na medida máxima possível, ao financiamento externo por donativos e crédito altamente concessional, assegurando ao mesmo tempo, que a emissão de garantias da dívida siga estritamente os novos procedimentos de aprovação mais rigorosos estabelecidos em

Dezembro de 2017”.

A retoma de um Programa financeiro com Fundo Monetário Internacional é catalítico para que Moçambique não só volte a receber apoio dos Parceiros de Cooperação para o Orçamento do Estado mas principalmente para que o nosso país volte a poder aceder aos mercados financeiros mundiais para obter investimentos para as obras públicas que estão paradas e principalmente para que a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos consiga financiar as suas participações, que devem ascender aos 4 biliões de dólares norte-americanos, nos projectos de exploração de gás natural nos campos de Golfinho & Atum e Prosperidade-Mamba da Bacia do Rovuma.

Por outro lado os sinais positivos da economia assinalados pelo Fundo Monetário Internacional, e emolados pelo Governo, não se traduzem na melhoria significativa ao calvário que tem sido a vida dos moçambicanos.

Aliás embora a inflação esteja baixa, e assim deva continuar, o facto é que os cidadãos não estão, nem vão, recuperar o poder de compra perdido desde 2016, como de certa forma reconheceu Ricardo Velloso: “A nossa expectativa é de que a taxa de câmbio permaneça estável aos níveis actuais de 58 a 60 meticais por dólar, até ao final do ano. Nós normalmente temos uma projecção passiva que o metical se moveria entre o diferencial entre a inflação em Moçambique e a inflação externa, e chegaria em torno dos 62 meticais”.

→ continuação Pag. 05 - Procuradoria da Cidade de Maputo “caça” Venâncio Mondlane

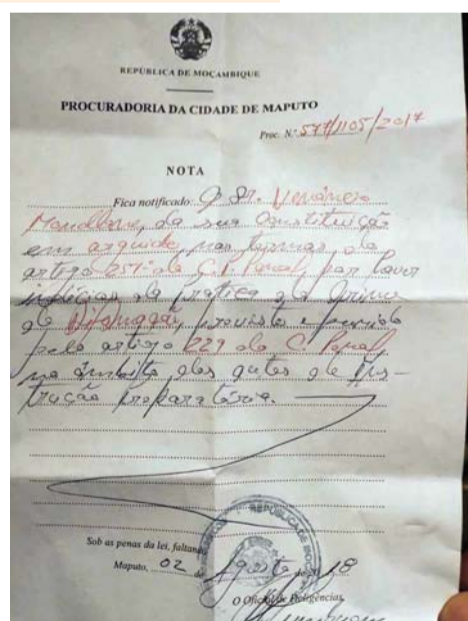
Procuradoria] o que é que eu fiz” e contra quem, disse o nosso interlocutor.

Ele afirmou que não está assustado porque em 2013 passou por uma situação similar, em que o queixoso “era a Frelimo”, que o acusava de ter feito campanha eleitoral extemporânea, quando um grupo de jovens se apresentou no campo de Maxaque trajado de camisetas com a sua foto estampada, mas sem quaisquer dizeres políticos. “O processo não avançou por falta de matéria (...)”.

Ocorre que, recentemente, Venâncio Mondlane desistiu do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e renunciou a deputado pela bancada do mesmo partido na AR, por alegadas “incompatibilidades e constrangimentos (...)”.

Num outro desenvolvimento, ele mostrou-se estupefacto com o facto de ter sido constituído arguido depois de se afastar do Parlamento e numa altura em que está a preparar a sua estratégia para as eleições autárquicas.

Segundo os artigos 174 (imunidade) e 175 (irresponsabilidade) da Consti-



tuição da República, “nenhum deputado pode ser detido ou preso, salvo em caso de flagrante delito, ou submetido a julgamento sem consentimento da Assembleia da República”.

“tratando-se de processo penal pendente em que tenha sido constituído arguido, o deputado é ouvido por um juiz conselheiro” e o mesmo deputado “goza de foro especial e é

juogado pelo Tribunal Supremo, nos termos da lei”.

Ademais, a Lei-Mã estabelece que os deputados da AR não podem ser processados judicialmente, detidos ou julgados pelas opiniões ou votos emitidos no exercício da sua função de deputado.

Porém, “exceptuam-se a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal por injúria, difamação ou calúnia”.

Neste contexto, Mondlane não tem dúvidas de que está a ser “caçado” por já não ter imunidade, mas ao mesmo tempo não percebe por que motivo não foi notificado muito antes porque a “Constituição da República prevê as situações” em que se “pode requer ao Parlamento a quebra de imunidade” para que determinado processo-crime instaurado contra um deputado tenha o devido andamento.

A nossa fonte contou, a título de exemplo, alguns casos em que certos parlamentares foram alvos desse procedimento.

→ continuação Pag. 05 - Autárquicas 2018: Concorrentes às eleições de Outubro têm oito dias para se candidatarem

Já no sábado, o presidente daquele órgão, Abdul Carimo, disse aos interessados no processo, inscritos na capital do país, que devem submeter a sua documentação no Centro Internacional de Conferência Joaquim Chissano (CICJC). Os que se inscreveram nas províncias submetem nas sedes provinciais da CNE.

A recepção de candidaturas decorrerá em simultâneo com a verificação da regularidade e autenticidade da documentação, bem como a elegibilidade dos candidatos.

Paulo Cuinica explicou ainda que, findo esse trabalho, de 14 e 15 de Agosto, a CNE vai publicar as listas aceites ou rejeitadas. Destas, as que forem corrigíveis serão novamente submetidas ao órgão.

As candidaturas definitivas serão afixadas de 19 a 22 de Agosto, sendo o dia 24 de reservado ao “sorteio das listas definitivas na presença dos candidatos ou mandatários que compareçam para fixação da sua ordem no boletim de voto”.

O órgão aprovou ainda os modelos de materiais e conteúdos de educação cívica.

Tribunal multa empresa de construção civil em quase um milhão de meticais

A 11.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM) sentenciou a empresa de construção civil 7 Mares a uma multa de 990 mil meticais, devido ao emprego ilegal de mão-de-obra estrangeira.

Texto: Redacção

O caso envolve um trabalhador de nacionalidade sul-africana, identificado pelo nome de Warrick Bradley Elton, cuja permissão de trabalho em Moçambique caducou no dia 06 de Janeiro de 2016.

Porém, ele continuava a exercer as funções de director da obra Engen no bairro do Zimpeto, cidade de Maputo, sem que o patronato tenha comunicado o facto às entidades moçambicanas.

O facto consubstanciou uma violação do Regulamento Relativo ao Mecanismo e Procedimentos para Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira, segundo um comunicado do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS).

O regulamento acima mencionado preconiza que a autorização do emprego de um cidadão de nacionalidade estrangeira é da competência do ministro que superintende a área do trabalho ou aquém este delegar, explica o documento.

A descoberta desta ilegalidade ocorreu durante uma acção inspectiva levada a cabo por uma brigada da delegação da cidade de Maputo, mas a empresa 7 Mares submeteu uma reclamação, fundamentando a inexistência da infracção constatada pela brigada, alegadamente porque Warrick Bradley não estava a trabalhar nem a exercer as funções a ele imputadas.

De acordo a firma, o cidadão estava a tratar do processo de regularização da sua contratação junto ao departamento do Trabalho Migratório na cidade de Maputo.

“Não tendo havido entendimento entre a inspecção da cidade e a empresa 7 Mares, o caso foi remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo”, tendo este decidido a favor do Inspeção e aplicado uma multa de 990 mil calculados na base do salário mensal de 198 mil meticais.

Compulsados os documentos disponibilizados pelo encarregado da obra, a brigada constatou que Warrick Bradley havia assinado o livro de ponto, bem como constava da folha de salários, acrescenta o MITESS.

Adicionalmente, os trabalhadores da obra Engen confirmaram que o director estava a exercer a sua actividade profissional normalmente naquela obra, diz o documento a que nos referimos.

Gabinete Central de Combate à Corrupção “ainda a trabalhar com o Brasil” no caso de corrupção da Odebrecht em Moçambique



O Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCC) revelou que está “ainda a trabalhar com o Brasil no sentido de nos fornecer mais dados” sobre os subornos de 900 mil dólares norte-americanos que a construtora Odebrecht admitiu em 2016 ter pago a membros do Governo de Armando Guebuza para obter termos favoráveis no projeto de construção do Aeroporto de Nacala.

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 08 →

Para Conceita Sortane é falácia atribuir culpa aos empreiteiros pela má qualidade das obras escolares

A ministra da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) insurgiu-se, na segunda-feira (06), em Maputo, contra a culpabilização das empresas de construção civil pela má qualidade de algumas infra-estruturas escolares arguidas um pouco por todo o país, no âmbito da expansão da rede escolar. Barba a barba, sem rodeios nem contemplações, ela imputou as responsabilidades aos gestores dos estabelecimentos de ensino e aos técnicos da instituição que dirige. Segundo argumentou e admitiu, há “falta de responsabilização” daqueles que “não previnem” as irregularidades que se verificam durante a construção, “por cumplicidade, compadrio ou indiferença”.

Texto & Foto: Emildo Sambo

“São também inaceitáveis as justificações para má qualidade de salas de aulas e de outras infra-estruturas escolares muitas vezes atribuídas ao empreiteiro. Os nossos gestores devem preocupar-se, antes de mais, em garantir a qualidade das obras das nossas escolas”, disse Conceita Sortane, na abertura da “Reunião Nacional de Infra-estruturas e Equipamentos Escolares”.

Ela considerou igualmente “inaceitáveis e imorais quaisquer justificações” relacionadas, por exemplo, com a “falta de uso de fundos disponibilizados para a construção de uma sala de aulas, de um bloco administrativo ou para a compra de carteiras escolares”.

Para a governante, se a respon-



sabilidade pela má qualidade das obras do Estado no sector da Educação é das empresas de construção civil, os gestores escolares devem garantir que os empreiteiros ganhem concursos por mérito, pela qualidade

do seu trabalho e da sua responsabilidade no cumprimento dos prazos acordados.

Para o efeito, prosseguiu a fonte, é necessário que haja rigor, sejam no-

continua Pag. 08 →

VERDADE
A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Gabinete Central de Combate à Corrupção "ainda a trabalhar com o Brasil" no caso de corrupção da Odebrecht em Moçambique

Num acordo de leniência com o departamento de Justiça dos Estados Unidos da América a Construtora brasileira Norberto Odebrecht, S.A., admitiu em finais de 2016 ter pago subornos no valor global de 900 mil dólares norte-americanos a funcionários de Governo de Moçambique aprovarem a construção do Aeroporto de Nacala.

"Os subornos incluíram aproximadamente 250 mil dólares norte-americanos em pagamentos para quadros do alto escalão do Governo de Moçambique para que a Odebrecht conseguisse termos favoráveis no projeto de construção governamental, que o Governo não estava inclinado a aceitar antes da Odebrecht oferecer o suborno. A Odebrecht efectuou os pagamentos em parcelas de 135 mil e 115 mil dólares através da sua divisão de Operações Estruturadas usando fundos de uma uma companhia sediada num paraíso fiscal", refere ainda o acordo de leniência revelado à data pelo @Verdade.

Em Fevereiro 2017 o Gabinete Central de Combate à Corrupção admitiu que o caso estava a ser investigado e estavam a ser encetados contactos com a Justiça do Brasil para obter provas sobre dos subornos. "O que

emperra o desenvolvimento da investigação é o facto de nos termos desse acordo estabelecido com o Ministério Público brasileiro haver uma cláusula que determina o sigilo da informação constante por um período de seis meses, esse período já está a correr e acreditamos que em Maio os factos chegarão a Moçambique com as identidades das pessoas envolvidas", explicou na altura então porta-voz do GCCC, Eduardo Sumana.

A 2 de Junho de 2017 a Procuradoria-Geral da República (PGR) do Brasil começou a disponibilizar as provas sobre os subornos distribuídos pela construtora Odebrecht a autoridades de outros oito países, todavia Moçambique não era um deles.

"Estamos ainda a trabalhar com o Brasil no sentido de nos fornecer mais dados"

Em Fevereiro de 2018 o Gabinete Central de Combate à Corrupção reafirmou que o caso estava a ser investigado. "Os crimes transnacionais mexem com as relações diplomáticas, mas acreditamos que até final do primeiro semestre traremos informações mais detalhadas", declarou Cristóvão Mondlane, actual porta-voz da instituição.



Na passada quinta-feira (02) o @Verdade voltou a perguntar ao GCCC qual é o estágio das investigações, Cristóvão Mondlane disse que: "É preciso confessar estamos a passos lentos, como sabeis quando os assuntos atingem fronteiras além das nossas as investigações não são muito práticas".

"Recordo-me que na última conferência de imprensa disse que estaríamos bem lançados mas não depende de nós, ainda estamos na investigação mas não a passos muito rápidos como desejável. Na verdade pode haver acordos diplomáticos, em termos de cooperação

judiciária, mas a burocracia é tanta. Estamos ainda a trabalhar com o Brasil no sentido de nos fornecer mais dados", explicou o porta-voz do GCCC.

Numa entrevista exclusiva ao @Verdade o juiz Sérgio Moro, responsável pela maior investigação de corrupção no Brasil, a Operação Lava Jato, e pela documentação dos subornos da Odebrecht, disse que: "Não é absolutamente necessário que os casos fiquem dependentes somente das provas que as autoridades brasileiras compartilham. Eles podem se desenvolver muito mais com um trabalho de in-

vestigação a partir disso".

Recorde-se que a construção do Aeroporto de Nacala foi acordada pelos presidentes Armando Emílio Guebuza e Luíz Inácio Lula da Silva, parte do financiamento foi disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico do Brasil (BNDES).

Os quadros do Governo de Moçambique que participaram do processo de financiamento e aprovação foram o então ministro das Finanças, Manuel Chang, o então ministro dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, e o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Aeroportos de Moçambique à data, Manuel Veterano.

Enquanto Guebuza e Chang enriqueceram os seus currículos protagonizando o maior escândalo de corrupção de que há memória em Moçambique, contraindo as dívidas ilegais, Zucula é arguido num caso de corrupção relativa à aquisição de aviões para as Linhas Aéreas de Moçambique e deixou para os contribuintes pagarem os barcos de luxo colocou para fazerem a travessia Maputo - Matola assim como o megalómano metro que nunca andou mas custou pelo menos 6,5 milhões de dólares norte-americanos em indemnização.

→ continuação Pag. 07 - Para Conceita Sortane é falácia atribuir culpa aos empreiteiros pela má qualidade das obras escolares

meados júris idóneos para os concursos públicos, observe-se a legalidade dos processos de procurement e submeta-se os concorrentes à avaliação.

Num outro desenvolvimento, a ministra lembrou que a construção de infra-estruturas e equipamentos escolares "exige capacidade técnica e financeira" de diferentes sectores do Estado. Estes "devem orientar adequadamente os recursos que o MINEDH disponibiliza todos os anos para os fins a que são destinados".

Na óptica da governante, os processos de plena planificação, monitoria e supervisão no acto de construção devem ser rigorosamente observados.

Ela apelou aos gestores provinciais para coordenarem com as autoridades distritais e municipais com vista a garantirem a reserva de terrenos para a edificação de futuras escolas, bem como para solicitarem e regularização de Direitos do Uso e Aproveitamento de Terra (DUATs) para todas as escolas existentes no país.

O evento, que reúne gestores e técnicos escolares de todo o país, termina esta quinta-feira (09) e decorre sob o lema "Capacitação Institucional para a Melhoria da Gestão dos Programas de Construções Escolares".

Conservação do mobiliário escolar pode ser critério de avaliação do desempenho das escolas públicas

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) diz que não vai mais tolerar que as carteiras escolares, sobretudo as recém-compradas/fabricadas, sejam danificadas e amontoadas em depósitos dos estabelecimentos de ensino público, durante anos a fio, sem a devida reparação. Quer o envolvimento massivo dos alunos e seus encarregados de educação, dos professores, dos gestores escolares e da comunidade no restauro desse mobiliário e até anuncia a entrada em vigor, para breve, de um regulamento que passará a forçar os gestores das instituições de ensino a adoptarem medidas de "bom uso do mobiliário e infra-estruturas escolares", bem como servir de critério de desempenho das mesmas escolas.

Texto: Emildo Sambo

"Não vamos admitir que carteiras colocadas hoje, no dia, semana, mês e anos seguintes estejam amontoadas algures porque alguém as partiu ou as usou mal e se danificaram precocemente", declarou Conceita Sortane.

Ocorre que, em muitos estabelecimentos de ensino do país, é comum a existência de carteiras empilhadas em armazéns improvisados, o que os torna um autêntico cemitério deste tipo de mobiliário.

Sem qualquer plano de reparação, algumas carteiras estão quebradas, sem assentos e outras sem encostos e, durante muito tempo, o MINEDH assistiu, impávido e sereno, à destruição do referido equipamento - em algumas escolas bastante escasso - pelos próprios alunos.

Falando na abertura da "Reunião Nacional de Infra-estruturas e Equipamentos Escolares", na segunda-feira (06), na capital moçambicana, a governante orientou aos gestores de cada escola a criarem "mecanismos claros de reparação de carteiras danificadas, envolvendo os próprios alunos, seus encar-

regados de educação, artesãos locais e comunidade em geral".

A fonte pretende que o regulamento das instituições de ensino incluam "nos deveres dos alunos, professores e funcionários, o seu papel no bom uso do mobiliário e infra-estruturas".

"O bom ou mau desempenho da direcção duma escola será largamente influenciado pelo estado de conservação da infra-estrutura e do equipamento escolar", afirmou ela e adiantou: "vamos adoptar mecanismos de inventariação anual de carteiras existentes em cada escola como forma também de monitorar o seu uso".

Alunos, professores e pessoal administrativo em situação adversa

Conceita Sortane disse, num outro desenvolvimento, que o ensino e a aprendizagem no país continuam entorpecido por situações tais como as aulas dadas ao ar livre ou em salas sem equipamento apropriado, pela existência de crianças que estudam

sentadas no chão, bem como pelo facto de os professores também estarem a leccionar em condições adversas e a existência de pessoal administrativo que igualmente trabalha em ambiente pouco atractivo.

"A criança ao ar livre e sentada no chão não tem ambiente apropriado. A criança numa sala de aulas, sentada no chão não tem igualmente um ambiente apropriado. O professor a leccionar debaixo de uma árvore e sem mesa ou secretária não tem ambiente apropriado. Não tem ambiente apropriado, o pessoal administrativo sem espaço para arrumar os processos dos alunos e dos professores, os processos de contas da escola", juntou a ministra, para quem tudo isso "não é uma situação normal. Em última análise, nós somos os responsáveis por uma sala ou uma carteira de má qualidade".

A escola deve ser um lugar seguro e agradável para aprender

Segundo a fonte mais de sete milhões de crianças frequentam o ensino primário e secundário do

Sistema Nacional de Educação.

Neste contexto, prosseguiu a timoneira do MINEDH, cada gestor escolar tem a obrigação de, na parcela do país a que está afecto, "criar condições para que a escola seja um ambiente seguro, agradável, educativo, saudável e motivador para toda a comunidade escolar, particularmente a criança".

E sendo a educação como um "direito e um dever de todos os cidadãos", ela deve ser promovida com um instrumento para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, bem como uma ferramenta indispensável para o "desenvolvimento do país, para o combate à pobreza, para o reforço da democracia e a participação dos cidadãos em todas as esferas sociais", disse a ministra.

O evento a que nos referimos, que reúne gestores e técnicos escolares de todo o país, termina esta quinta-feira (09) e decorre sob o lema "Capacitação Institucional para a Melhoria da Gestão dos Programas de Construções Escolares".

PRM prende usuários de drogas e de armas de fogo ilegais

Um cidadão de nacionalidade nigeriana está a contas com a Polícia moçambicana, desde a passada terça-feira (28), acusado de ter sido surpreendido na posse de 69 cápsulas de cocaína, no Aeroporto Internacional de Maputo.

Texto: Redacção

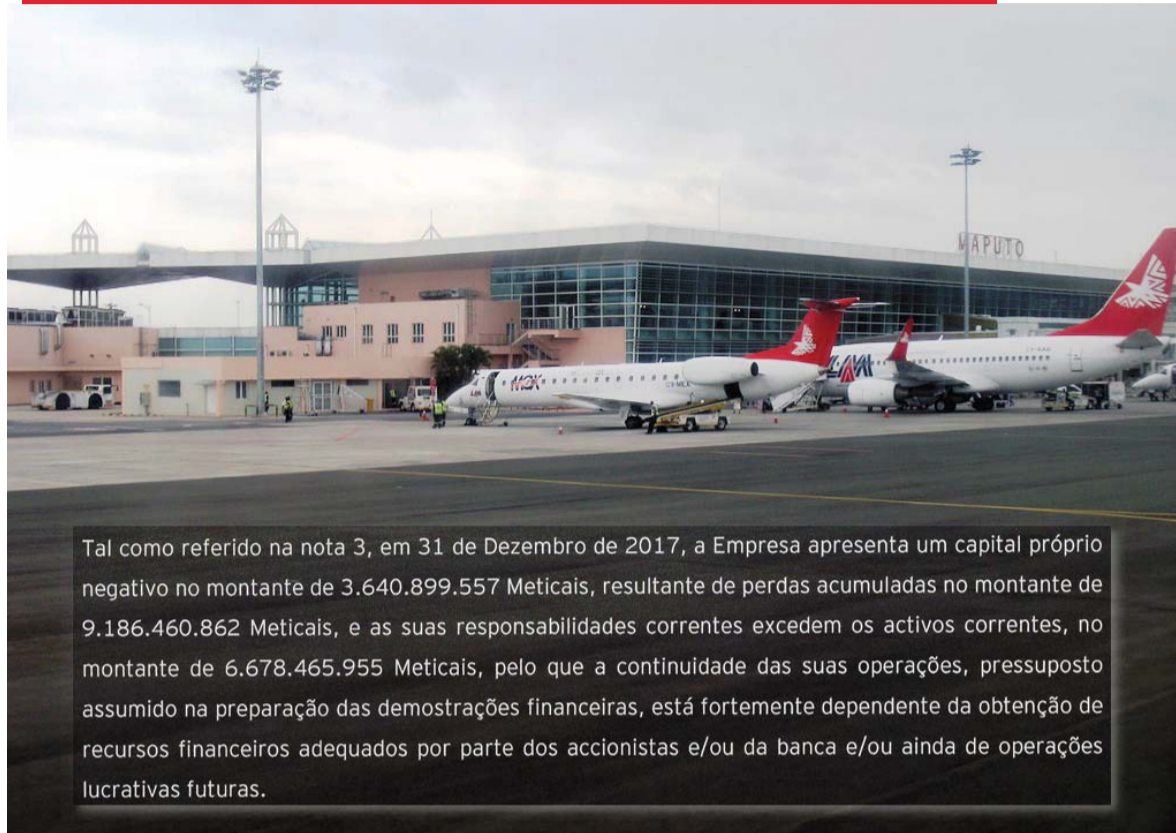
O visado, de 44 anos de idade, responde pelo nome de C. Ebo. A sua detenção aconteceu durante o embarque no voo SA. Airways, segundo o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Numa outra operação, ocorrida na sexta-feira (03), a corporação recolheu 11 indivíduos aos calabouços, indiciados de tráfico e consumo de estupefacientes.

A detenção aconteceu na zona Militar, cidade de Maputo. "Na ocasião, foram apreendidos 55 comprimidos do tipo mandrax, 500g de cocaína, 14 ampolas de heroína, 13 frascos de droga não identificada, 17 seringas e uma balança".

Ainda na capital do país e nas províncias de Maputo e do Niassa, a PRM deteve alguns cidadãos acusados de porte ilegal de armas de fogo, algumas com as respectivas munições.

Falência técnica das Linhas Aéreas de Moçambique aumentou em 2017, passivo ultrapassa os 16 biliões de meticais



Tal como referido na nota 3, em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa apresenta um capital próprio negativo no montante de 3.640.899.557 Meticais, resultante de perdas acumuladas no montante de 9.186.460.862 Meticais, e as suas responsabilidades correntes excedem os activos correntes, no montante de 6.678.465.955 Meticais, pelo que a continuidade das suas operações, pressuposto assumido na preparação das demonstrações financeiras, está fortemente dependente da obtenção de recursos financeiros adequados por parte dos accionistas e/ou da banca e/ou ainda de operações lucrativas futuras.

As Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) fecharam o exercício económico de 2017 degradando a situação de falência técnica em que se encontram há pelo menos 2 anos: apresenta capital próprio negativo de 3,6 biliões de meticais, resultante de perdas acumuladas de 9,1 biliões de meticais, e o passivo total ultrapassou os 16 biliões de meticais.

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 10 →

MINEDH longe de concretizar construção das 4.500 salas de aulas previstas no PQG

O director nacional de infra-estruturas e equipamento escolar, no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), diz que até a abertura do ano lectivo 2019 haverá um défice de pelo menos 590 salas de aulas, devido a alguns constrangimentos que não permitem que parte das infra-estruturas programadas tenha sido concluída até essa altura.

Texto: Emildo Sambo

Antonino Grachane justifica o défice de infra-estruturas em alusão com os atrasos na edificação, devido a várias questões, tais como o abandono de determinadas obras pelos empreiteiros, a demora no desembolso do financiamento, as dificuldades de acesso aos locais onde os estabelecimentos de ensino devem ser erguidos, nas zonas rurais sobretudo.

Falando a jornalistas, à margem abertura da "Reunião Nacional de Infra-estruturas e Equipamentos Escolares", que decorre em Maputo, desde segunda-feira (06), a fonte avançou que a construção de salas de aulas é largamente financiada pelo Fundo de Apoio ao Sector da

Educação (FASE).

A ministra Conceita Sortane disse que até ao fim do presente ano a instituição que dirige espera concluir 2.854 salas de aulas (63,4%), das 4.500 previstas Programa Quinquenal do Governo (PQG).

Significa que faltarão 36,6% por executar, nos derradeiros 12 meses do actual Governo, o que levanta algumas dúvidas em relação à possibilidade de cumprimento da meta.

É que, se em três anos e sete meses do actual Governo não foi possível realizar 63% das salas programadas, fica difícil crer que em um

continua Pag. 10 →

Estrada Nacional nº 1 passa ligar Pemba à Ponta de Ouro

Com a conclusão, em breve, da Ponte Maputo – Katembe a estrada Nacional nº 1 (N1) que ligava a cidade de Maputo, no Sul, à cidade de Pemba, no extremo Norte, passa a iniciar no posto fronteiriço da Ponta de Ouro.

Texto: Adérito Caldeira

A conclusão da ponte sobre a Baía de Maputo e a sua conexão à nova estrada entre o distrito municipal da Katembe e a vila da Ponta de Ouro resultaram na reclassificação da estrada primária N1 que anteriormente iniciava na Brigada Montada e estendia-se por 2.488 quilómetros até a cidade de Pemba, a capital da província de Cabo Delgado.

Após a inauguração da Ponte Maputo – Katembe a estrada Nacional nº 1 passará a iniciar no posto fronteiriço da Ponta de Ouro, na província de Maputo, e a estender-se por 2.586 quilómetros até a cidade de Pemba.

Ainda em resultado das novas estradas existentes na província de Maputo, particularmente as vias abrangidas pela estrada Circular, os 63 quilómetros entre Boane (no cruzamento com

a N2) e a Belavista (no cruzamento com a N1) passam a ser classificados com estrada secundária Nacional nº 200.

Os 20 quilómetros entre a Rotunda da praia da Mira Mar (no cruzamento com a rua José Craveirinha), passando pela Ponte da Costa do Sol até a vila de Marracuene (no cruzamento com a N1) foram classificados como estrada secundária Nacional nº 203.

O troço de 27 quilómetros entre os bairros de Tchumene (no cruzamento com a N4) e o Chiango (no cruzamento com a N203) foi classificado como estrada secundária Nacional nº 204.

Já os 9 quilómetros entre o Zitundo (no cruzamento com a N1) e a vila da Ponta de Ouro passa a estar classificado como estrada terciária Nacional nº 403.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 09 - Falência técnica das Linhas Aéreas de Moçambique aumentou em 2017, passivo ultrapassa os 16 biliões de meticais

O Relatório do Auditor Independente às Demonstrações Financeiras das LAM, ao qual o @Verdade teve acesso, revela que (...) em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa apresenta capital próprio negativo no montante de 3.640.899.557 meticais, resultante de perdas acumuladas no montante de 9.186.460.862 meticais, e as suas responsabilidades correntes excedem os seus activos correntes, no montante de 6.678.465.955 meticais, pelo que a continuidade das suas operações, pressuposto assumido na preparação das demonstrações financeiras, está fortemente dependente da obtenção de recursos financeiros adequados por parte dos acionista e/ou da banca e/ou ainda de operações lucrativas futuras”.

“Adicionalmente, a perda de mais de metade do capital social coloca a Empresa perante a situação previstas no artigo 119º do Código Comercial, tornando-se imperativo implementar medidas a apresentar na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, que impeçam a aplicação das acções previstas no referido ar-

tigo”, acrescenta o documento a que o @Verdade teve acesso com exclusividade.

O artigo do Código Comercial moçambicano supracitado, relativo à Perda de meta-de do capital, determina no seu número 1 que, “O órgão de administração que, pelas contas de exercício, verifique que a situação líquida da sociedade é inferior à meta-de do valor do capital social deve propor, nos termos previstos no número seguinte, que a sociedade seja dissolvida ou o capital seja reduzido a não ser que os sócios realizem, nos sessenta dias seguintes à deliberação que da proposta resultar, quantias em dinheiro que reintegrem o património em media igual ao valor do capital”.

O @Verdade tentou sem sucesso obter uma reacção do Presidente da Comissão Executiva, António Pinto, durante esse exercício económico para apurar como os “acionistas” ultrapassaram esta situação que remonta a 2015 e agravou-se em 2016.

No entanto o @Verdade sabe que o sócio maioritário das Linhas Aéreas de Moçambique, o Estado que detém 96



por cento do capital social, não fez nenhuma das acções recomendadas pela Legislação mas tem feito injeções de dinheiro para suprir as necessidades de tesouraria da companhia aérea como o fez recentemente para pagar o combustível ou o havia efectuado em 2016 com a injeção de 533,8 milhões de meticais.

Passivo total das Linhas Aéreas de Moçambique ascende a 16,1 biliões de meticais

A deterioração da situação financeira da companhia aérea de bandeira nacional

deveu-se principalmente aos resultados transitados que passaram de 4.058.057.992 negativos para 7.098.430.255 negativos e ao aumento do endividamento com fornecedores, disparou de 4.154.252.054 meticais para 6.326.771.933 meticais.

Com um resultado negativo de 2.088.030.607 meticais no ano passado, um pouco menos do que os 3.045.889.633 negativos do exercício de 2016, as contas das LAM foram beneficiadas pela estabilização do metical em relação ao dólar norte-americano que permitiu reduzir os gastos financeiros inde-

xados em divisas e reduzir o passivo não corrente de 7,1 biliões para 5.404.664.426 meticais.

Todavia à falta de injeção de capital e com resultados operacionais negativos, aumentaram para - 2,2 biliões de meticais, mais 16 por cento do que no ano anterior, a Administração de António Pinto simplesmente parou de pagar aos seus fornecedores o que elevou o passivo corrente de 7.167.744.026 para 10.746.559.834 meticais. A 31 de Dezembro de 2017 o passivo total das Linhas Aéreas de Moçambique era de 16.151.224.260 meticais.

→ continuação Pag. 09 - MINEDH longe de concretizar construção das 4.500 salas de aulas previstas no PQG

ano do fim do mandato sejam concretizados os restantes mais de 36%.

“Para 2019, temos um défice de 590 salas de aulas”, disse Antonino Grachane, para quem estão a ser traçadas estratégias para até ao fim do mandato do actual Governo terem sido erguidas as 4.500 salas. Ele optou em não se referir aos montantes envolvidos neste trabalho.

Segundo a fonte, o défice de salas de aulas é mais preocupante na cidade Matola, província de Maputo; na Zambézia e em Nampula.

Entre 2017 e 2018, o MINEDH planificou a edificação de 1.000 salas, as quais se tudo correr conforme o planificado “em princípio estarão prontas em finais de Setembro próximo”.

À semelhança do que tem acontecido todos os anos, no próximo ano, milhares de crianças vão estudar ao relento por conta da falta de infra-estruturas.

Segundo Conceita Sortane, “a criança ao ar livre e sentada no chão, ou numa sala de aulas mas sentada no chão”, bem como o professor a leccionar debaixo de uma árvore e sem mesa ou secretária não têm ambiente apropriado”.

O MINEDH tem a ambição de construir escolas completas, com espaços funcionais, nomeadamente académicos, administrativos, desportivos, de lazer e residências para os professores, bem como edificar “sanitários que respondam às preocupações de saúde dos alunos, em especial da rapariga”.

Todavia, “as actuais limitações de recursos financeiros não nos permitem concretizar esta pretensão”, disse a ministra.

Polícia moçambicana mantém-se muda e surda em relação ao rapto do empresário sul-africano em Palma

A Polícia da República de Moçambique (PRM) não tuge nem muge em relação ao rapto de um empresário sul-africano, na tarde da última quarta-feira (01), numa estância hoteleira em Palma, província de Cabo Delgado.

Texto: Redacção

O homem, de nome de Andre Haneke, de 60 anos de idade, foi raptado por quatro indivíduos ainda não identificados, encapuzados e armados.

Antes de consumir o crime, os supostos bandidos alvejaram a ele no braço e no abdómen com projecteis de uma arma de fogo.

Esta terça-feira (07), o Comando-Geral da PRM emitiu um comunicado de imprensa, no qual fala das ocorrências de 28 de Julho último

a 03 de Agosto em curso.

Contudo, o rapto do empresário sul-africano, confirmado ao @Verdade, telefonicamente, na quinta-feira (02), pelo porta-voz da Polícia em Cabo Delgado, Augusto Guta, parece ter sido literalmente ignorado pela Polícia.

Na ocasião, sem avançar detalhes, Augusto Guta remeteu-nos a uma fonte do Comando-Geral da PRM, que segundo afirmou responde pelo nome de Cláudio [Langa].

O visado tem sido porta-voz daquela instituição do Estado, na ausência de Inácio Dina.

A única coisa a que a corporação se refere sobre Cabo Delgado é que está “em coordenação com as Forças de Defesa e Segurança para desarticular quadrilhas de malfiteiros”.

Este não é o primeiro rapto de um empresário estrangeiro e que permanece sem o devido esclarecimento.

A 29 de Julho de 2016, no distrito de Maríngue, em Sofala, um empresário de nome Américo António Melo Sebastião, foi raptado por indivíduos não identificados. O seu paradeiro é desconhecido e o Executivo moçambicano não dispõe de qualquer tipo de novidade.

O caso causou um profundo retraimento diplomático entre Portugal e Moçambique. Aquele continua indignado com a alegada demora e o mutismo do Governo moçambicano em relação ao assunto.

Desporto

Liga Moçambicana de Basquetebol: A Politécnica acaba com invencibilidade do Costa do Sol

A Politécnica acabou na noite desta terça-feira (07) com invencibilidade do Costa do Sol, em jogo da 4ª jornada da Liga Moçambicana de Basquetebol séniores masculinos que está decorrer na cidade da Beira. Os anfitriões, que aplicaram “chapa 100” ao Ferroviário de Nacala, assumiram a liderança do quarteto que está na frente.

Texto: Adérito Caldeira

Os “universitários” de José Macuacua impuseram-se cedo aos “canarinhos” e saíram ao intervalo com uma vantagem de 10 pontos. Os pupilos de Miguel Guambe não tiveram pedalada para dar réplica e viram a A Politécnica dilatar o placar até a vitória final por 47 a 66 pontos que lhes colocou no quarteto que reparte a liderança do nacional.

Também com 7 pontos, mas melhor coeficiente, está o Ferroviário da Beira que voltou a mostrar a sua força na quadra e derrotou a equipa homónima

de Nacala por 109 a 44 pontos, ao intervalo a equipa de Nazir Salé já tinha uma vantagem de 27 pontos.

Os “locomotivas” de Maputo, que tiveram de suar para vencer o Maxaquene, por 76 a 64, completam o quarteto que está na frente da Liga Moçambicana de Basquetebol.

A jornada ficou completa com os “alvi-negros” a derrotarem o Vaz Basket Team da Beira e a continuar a sonhar com um lugar nas meias-finais.

Eis a classificação:

	Equipa	Jogos	V	D	FC	P	CA Geral	Coeficiente
1	C. Ferroviário da Beira	4	3	1	0	7	386 - 238	1.62185
2	C. Ferroviário Maputo	4	3	1	0	7	318 - 264	1.20455
3	C. D. Costa do Sol	4	3	1	0	7	258 - 261	0.98851
4	A Politécnica	4	3	1	0	7	262 - 269	0.97398
5	G. Desportivo Maputo	4	2	2	0	6	236 - 246	0.95935
6	C. Ferroviário Nacala	4	2	2	0	6	245 - 297	0.82492
7	C. D. Maxaquene	4	0	4	0	4	223 - 257	0.86770
8	Vaz Basket Team	4	0	4	0	4	215 - 311	0.69132

A 5ª jornada disputa-se nesta quarta-feira (08) com o seguinte programa de jogos:

5ª Jornada	Quarta - feira - Dia 08-08-2018			
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local
Jogo nr. 17	14:00 horas	Vaz Basket Team	X C. Ferroviário de Maputo	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 18	16:00 horas	C.D. Maxaquene	X C. Ferroviário da Beira	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 19	18:00 horas	C. Ferroviário de Nacala	X C. D. da Costa do Sol	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 20	20:00 horas	C. D. A Politécnica	X G. Desportivo Maputo	Pav. CFV Beira

Sofala, Manica e Niassa têm novos Governadores

Alberto Mondlane é o novo Governador da província de Sofala, Manuel Alberto vai governar Manica enquanto Francisca Tomás vai liderar o Governo do Niassa.

Texto: Redacção

Depois da exoneração de Maria Helena Taipo da liderança do Governo da província de Sofala, no passado dia 25, o Chefe de Estado demitiu nesta quarta-feira (08) Alberto Ricardo Mondlane do cargo de Governador da Província de Manica e, em Despacho Presidencial separado, exonerou Arlindo da Costa Gonçalo Mazungane Chilundo do cargo de Governador da Província de Niassa.

Embora os comunicados não indiquem as razões das demissões, como aliás é tradição, o @Verdade entende que Alberto Mondlane e Arlindo Chilundo terão sido vítimas do seu fraco desempenho que o Presidente Nyusi constatou nas recentes visitas que efectuou às províncias de Manica e do Niassa.

Ainda nesta quarta-feira o estadista moçambicano nomeou o ex-Governador de Manica e antigo ministro do Interior?? para dirigir a Província de Sofala.

Em Despacho separado Filipe Nyusi indigitou a deputada do partido Frelimo eleita pelo Círculo Eleitoral de Manica, Francisca Domingos Tomás, para o cargo de Governadora da Província de Niassa.

Para governar a província de Manica o Chefe de Estado indicou Manuel Rodrigues Alberto, que até à data exercia o cargo de Director Nacional de Desenvolvimento Autárquico.

Só à segunda tentativa Governo de Nyusi conseguiu vender Títulos do Tesouro



Só à segunda tentativa, baixando a sua expectativa e aumentando os juros, o Governo de Filipe Nyusi conseguiu colocar no mercado financeiro moçambicano as Obrigações do Tesouro 2018 - 5ª Série para financiar mais um mês do défice do Orçamento do Estado. O Ministério da Economia e Finanças não explica que impacto está a ter esta falta de dinheiro na tesouraria mas o facto é que em Julho, pela primeira vez há muitos anos, milhares de funcionários públicos não receberam os salários até ao dia 30.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 12 →

Antes de entregar as armas, Renamo quer lugares de comando e chefia nas Forças Armadas e na Polícia

Um dos pontos que a Renamo, maior partido da oposição, venceu no memorando de entendimento que assinou, na segunda-feira (06), com o Governo é a necessidade de garantia, aos seus oficiais, de lugares de comando e chefia nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e enquadramento dos seus homens residuais na Polícia da República de Moçambique (PRM), antes de entregar as armas, segundou o seu líder interino e coordenador da Comissão Política, Ossufo Momade.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Reagindo à comunicação à Nação do Chefe Do Estado, Filipe Nyusi, em relação ao memorando de entendimento para o desarmamento, a desmobilização e a reintegração do braço armado da "perdiz", esta declarou que está à espera da implementação do que foi acordado no referido documento, cujos pormenores são publicamente desconhecidos.

Sem espaço para perguntas, Ossufo Momade, afirmou, telefonicamente, à imprensa, na quarta-feira (08), a partir de Gorongosa, que o memorando de entendimento -

assinado em lugar não revelado, por pessoas também desconhecidas e longe dos holofotes - visa o "enquadramento dos oficiais da Renamo nos lugares de comando e de chefia nas Forças Armadas".

O líder interino do partido com representação parlamentar disse ainda que haverá integração dos "homens residuais da Renamo nas unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM), a ocorrer depois do entendimento referente à sua colocação na orgânica do Ministério do Interior (MINT)".

"Chegámos ao entendimento de que a parte que diz respeito à força residual da Renamo procederá à entrega das armas a um organismo previamente instituído para o efeito", afirmou a fonte, salientando que o braço armado desta formação política "passará à disponibilidade e será reintegrada na sociedade de forma digna e humanizada".

Segundo ele, o documento reflecte a manutenção "na letra e no espírito dos compromissos assumidos" por Afonso Dhlakama, em De-

continua Pag. 12 →

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

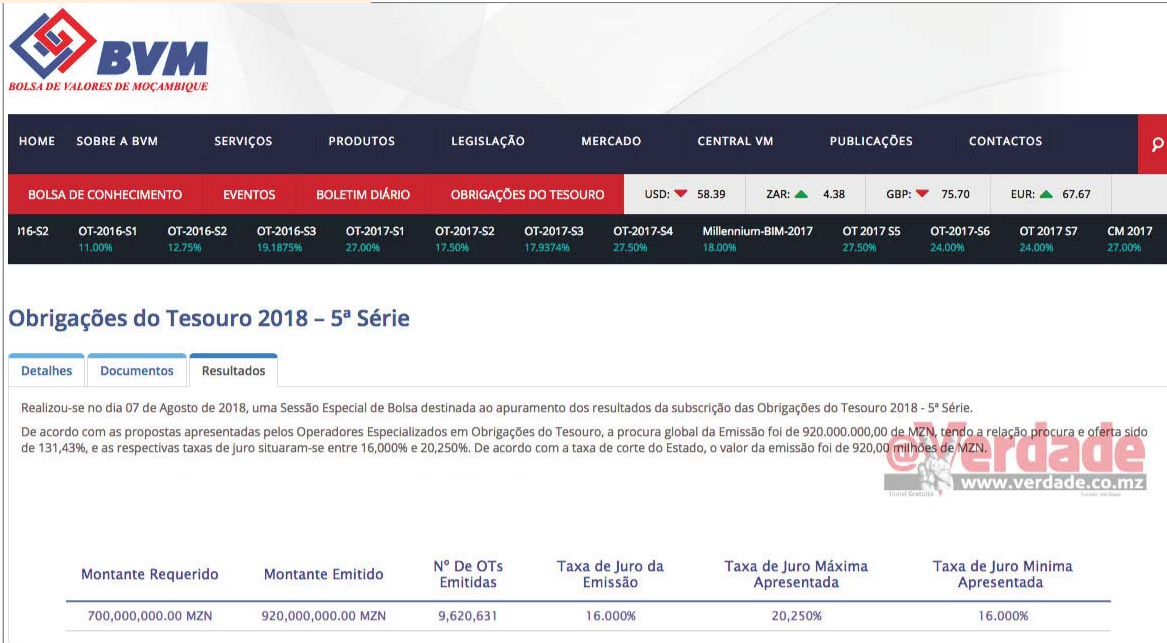
→ continuação Pag. 11 - Só à segunda tentativa Governo de Nyusi conseguiu vender Títulos do Tesouro

Nesta terça-feira (07) o Executivo voltou a tentar colocar no Mercado de Valores Mobiliários as Obrigações do Tesouro 2018 - 5ª Série que no passado dia 26 de Junho não conseguiu encontrar compradores.

Depois de na primeira tentativa ter procurado obter financiamento de 1 bilião de meticais no novo leilão, dos mesmo Títulos de Dívida Pública Interna, o Governo reduziu o montante a obter, para 700 milhões de meticais, e melhorou a taxa de juro, para 16 por cento.

“De acordo com as propostas apresentadas pelos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro, a procura global da Emissão foi de 920.000.000,00 de MZN, tendo a relação procura e oferta sido de 131,43%, e as respectivas taxas de juro situaram-se entre 16,000% e 20,250%. De acordo com a taxa de corte do Estado, o valor da emissão foi de 920,00 milhões de MZN”, informa um comunicado da Bolsa de Valores de Moçambique.

Está é a segunda vez, em



três meses, que o Executivo enfrentou dificuldade para financiar-se e teve de baixar as suas expectativas. O @Verdade revelou que em Maio quis obter financiamento de 1,5 bilião de meticais, através da venda 4ª Série de Obrigações do Tesouro 2018, mas à segunda tentativa acabou por contentar-se com 260 milhões de meticais.

O Governo, que desde que é

comandado por Filipe Nyusi já aumentou a Dívida Pública Interna em mais de mil por cento, pretende emitir Títulos do Tesouro este ano num valor global de 84,2 biliões de meticais que é montante em défice no seu Orçamento de Estado que pelo segundo ano consecutivo não conta com o apoio directo do Fundo Monetário Internacional e nem dos Parceiros de Cooperação, que o suspenderam em 2016

após a descoberta das dívidas ilegais das empresas estatais Proindicus e MAM.

Bancos comerciais não podem parar de comprar Títulos do Tesouro

Recorde-se que a Dívida Pública Interna, de acordo com o Bando de Moçambique, tinha ultrapassado os 105 biliões de meticais em Maio sem incluir as dívidas

que o sector empresarial do Estado tem nem mesmo os pagamentos atrasados dos reembolsos do IVA e a fornecedores por parte do Governo.

Esse endividamento interno não contabilizado, e alguns outros calotes que o Executivo está a dar à banca, poderão ser a causa da aparente pouca procura dos Títulos do Tesouro pela banca comercial, que são os principais investidores.

Contudo os bancos comerciais, embora estejam a ser compelidos a comprar menos Títulos do Tesouro devido a novas normas contabilísticas, terão de continuar a financiar o défice orçamental sob pena de não receberem os investimentos que têm em carteira, e que no pico da crise rendeu-lhes lucros inéditos de biliões de meticais, porque o Governo financia a dívida interna mobiliária com emissão de nova dívida, numa espécie de Esquema de Ponzi. Se este ciclo de endividamento for interrompido poderá haver uma crise de liquidez no sistema financeiro.

→ continuação Pag. 11 - Antes de entregar as armas, Renamo quer lugares de comando e chefia nas Forças Armadas e na Polícia

zembro de 2016, aquando da declaração da trégua militar que levou ao início do diálogo político para paz efectiva no país.

A “perdiz” exige igualmente integrar os seus homens nos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), segundo disse Ossufo



Momade, ao semanário Canal de Moçambique. Ele questionou “qual é o receio que a Frelimo tem de ter membros da Renamo no SISE”.

Sobre o armamento, Ossufo disse ao mesmo jornal que a entrega será a “última de todas as etapas”.

“Para nós, o mais importante não é a entrega das armas; é aonde e a quem vamos entregar as armas. Nós não vamos entregar as armas a uma instituição ou grupo de pessoas que depois vai usá-las contra nós. Nós também pensamos. Queremos entregar as armas a uma instituição credível, e não ao partido Frelimo. E uma instituição de que nós também

façamos parte” declarou.

Todavia, esta não é a primeira vez que o Governo e a Renamo assinam, em conversações políticas, um memorando de entendimento. Foi assim em Agosto de 2014, entre o ex-Presidente da República, Armando Guebuza, e

Afonso Dhlakama.

As partes chamaram inclusive observadores militares internacionais para fiscalizarem o cessar-fogo, a desmobilização dos homens da Renamo e sua integração nas Forças Armadas e na Polícia, bem como integração social e económica.

Entretanto, nada progrediu nesse sentido. Por conseguinte, a paz efectiva, que foi sempre o mote das negociações, continua uma incógnita. Apesar de o espectro de guerra estar desanuviado, os acordos que as partes em conflito têm vindo a assinar não surtem, em definitivo, os efeitos desejados.

Rigor na planificação do livro escolar gratuito e controlo na devolução pode evitar desperdício e insuficiência, segundo Conceita Sortane

O livro de distribuição gratuita, anualmente alocado aos alunos do ensino primário das escolas públicas, continua sem cobrir a todos os destinatários e a escassez é sobremaneira visível no segundo e terceiro ciclos do ensino primário, onde, apesar da obrigação de os educandos devolverem este material didáctico no fim de cada ano lectivo, o défice persiste. Para a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Conceita Sortane, os gestores dos estabelecimentos de ensino devem aperfeiçoar a planificação e garantir que o material em questão seja devolvido à escola em bom estado para servir a outros alunos.

Texto: Emildo Sambo • Foto: Arquivo

Para tal, disse a governante, é necessário garantir que a quantidade de livros de reposição esteja alinhada com os livros devolvidos e em bom estado pelos alunos no fim do ano.

Este o desiderato da instituição mas sabe-se que na prática vários livros retornam às escolas em deploráveis condições de conservação.

“Temos de aperfeiçoar a planificação e a distribuição do livro para que não continuemos a ter alunos sem livros em algumas escolas primárias do nosso país. O nosso desafio como sector reside na melhoria da relação entre os efectivos de alunos planificados e a quantidade de livros disponibilizados no primeiro ciclo do ensino primário”, disse a ministra, na quarta-feira (08), em Maputo, na abertura do conselho coordenador do seu sector.

Em relação aos docentes,

ela orientou que, para além de garantir a sua formação e contratação, é preciso que os directores distritais e provinciais compreendam que “têm a obrigação profissio-



nal e moral de accionar todos os mecanismos ao seu dispor para que os professores recém-contratados não fiquem muitos meses sem os seus salários”.

Conceita Sortane disse, no outro desenvolvimento, que a principal aposta no ensino primário é a expansão de escolas que tenham todas as

classes deste nível de ensino.

No ensino primário, “a nossa taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª. classe continua a progredir e já atingiu 84.4 %, em 2017. O objectivo é garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de completar a 7.ª classe”.

No presente ano lectivo, segundo a fonte, o ensino primário do 1o. grau funciona com 12.498 escolas frequentadas por 5.452.789 alunos, o que corresponde a 1.9% de crescimento em relação a 2017.

No ensino primário do 2o. grau, a rede escolar evoluiu de 7.454, em 2017, para 7.915 escolas, em 2018. Frequentam 954.196 alunos, representando um crescimento de 7%, disse a timoneira do MINEDH.

O conselho coordenador realiza-se sob o lema “Por Uma Educação Inclusiva, Competitiva e de Qualidade”.

Matola conta com nova agência do Standard Bank

O Standard Bank inaugurou quinta-feira, 9 de Agosto, mais uma agência na cidade da Matola, no âmbito da sua estratégia de negócio, visando estar mais próximo dos clientes, oferecendo-lhes produtos e serviços de qualidade e inovadores.

Denominada Matola D, a agência, localizada ao longo da Estrada Nacional Número Quatro (EN4), uma rodovia estratégica do Corredor de Desenvolvimento de Maputo e que atravessa uma zona industrial, comercial e de serviços em franco crescimento, compreende uma área tradicional, que funciona, de segunda a sexta-feira, e outra digital, equipada por ATMs tradicionais, quiosques digitais, ATMs para depósitos e máquina de grandes depósitos, para além de um espaço para atendimento personalizado.

Os equipamentos tecnológicos disponíveis, na área digital, funcionam ininterruptamente, permitindo que os clientes efectuem pagamentos e depósitos de dinheiro a qualquer hora do dia, bem como realizar quaisquer transacções por si próprios, como já acontece nos mais avançados centros de negócio do mundo.

Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração do Standard Bank, Tomaz Salomão, explicou que, por um lado, “a inauguração da agência faz parte das acções que o banco tem levado a cabo no sentido de estar mais próximo dos seus clientes, e, por outro, demonstra o alinhamento com as directrizes do Governo com vista à aceleração do processo de bancarização e inclusão financeira da população”.

Tomaz Salomão foi secundado pelo administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocho, que, na sua intervenção, referiu que a agência, ora inaugurada, vai responder às necessidades dos clientes, bem como



ajudar a impulsionar a economia do País.

“Esta agência vai ajudar a acelerar o crescimento da actividade comercial na cidade da Matola, assim como muitas famílias a realizarem os seus sonhos, através de diversas e simplificadas soluções financeiras de crédito, poupança, seguros e investimentos que temos disponíveis”, disse Chuma Nwokocho, que realçou, igualmente, o facto da agência ter sido concebida em resposta aos anseios dos clientes.

A cerimónia de inauguração contou ainda com a presença do governador da província de Maputo, Raimundo Diomba, para além do presidente do município da Matola, Calisto Cossa.

Para Raimundo Diomba, o balcão vai responder à crescente demanda por produtos e serviços bancários, tais

como transacções, poupança, crédito, aconselhamento, entre outros.

O governador da província de Maputo acrescentou que “os produtos e serviços disponibilizados pelo Standard Bank que a agência oferece vão ajudar os clientes, desde os particulares aos pequenos, médios e grandes empresários, a encontrar meios para responder às suas necessidades do dia-a-dia”.

Por seu turno, o representante do Banco de Moçambique, Henrique Matsinhe, considerou que a agência vai facilitar o acesso aos serviços bancários, tidos como o “ponto de entrada para que indivíduos e empresas possam beneficiar de outros produtos e serviços, como crédito bancário, particularmente para os pequenos agricultores, micro, pequenas e médias empresas, bem como os sistemas de pagamento electrónico”.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

→ continuação Pag. 01 - Autárquicas 2018: Renamo escolhe Manuel Bissopo para tira-teimas com Daviz Simango e Augusta Maita na Beira

dias, para uma disputa da qual fará parte o cabeça-de-lista do MDM, Fernando Bismarque, também porta-voz da sua bancada na Assembleia da República (AR).

O maior partido da oposição reconfirmou igualmente o chamado “incendiário” deputado da Assembleia da República (AR), António Muchanga, cabeça-de-lista para o município da Matola, onde o “batuque e a maçaroca” aposta no actual edil Calisto Cossa e o MDM em Silvério Ronguane, também parlamentar.

Manuel de Araújo, que deixou o MDM e regressou para a “perdiz”, vai testar a sua popularidade no Conselho Autárquico de Quelimane, defrontando Carlos Carneiro, da Frelimo, e Rogério Warowaro, do “galo”.

Para as autarquias de Gaza, considerado baluarte da Frelimo, a Renamo elegeu Mouzinho Gundurujo (Xai-Xai), Carlos Sumburane (Praia do Bilene), Narciso Cumbane (vila da Macia), Heique Siteo (Mandlakaze), Pedro Pelembe (Chibuto) e Alfredo Dide (Chókwè).

Os municípios da cidade de Inhambane, Quisisco, Maxi-xe, Massinga e Vulanculo, na província de Inhambane, o maior partido da oposição indicou Vitalino Macauze, Cândido Maculuve, Simião Uelemo, Armando Maquiquele e João Boaventura.

Refira-se que João Marissane, outrora vogal da Comissão Nacional de Eleições (CNE), há dias foi eleito cabeça-de-lista para Boane; Jeremias Cumbe, para o Conselho Autárquico da Namaacha; Carvalho Bembe, para Manhiça.

Eis os candidatos dos restantes municípios:

Província de Niassa		
N/O	Nome	Autarquia
O1	Saíde Fidel	Cidade de Lichinga
O2	Mário Cinquenta Naúla	Município de Cuamba
O3	Maúride João	Município de Metangula
O4	Ortêncio Cupiha	Município de Mandimba
O5	Luciano Armando	Município de Marrupa
Província de Cabo-Delgado		
N/O	Nome	Autarquia
O1	António Vasco	Cidade de Pemba
O2	Secundino de Jesus Maquero	Município de Montepuez
O3	Alicora Ntutunha	Município de Chiure
O4	Singano Assane	Município da Mocimboa da Praia
O5	Francisco Maiaia	Município da Mueda
Província de Nampula		
N/O	Nome	Autarquia
O1	Paulo Vahanle	Cidade de Nampula
O2	Raúl Novinte	Município de Nacala Porto
O3	Ossufo Raja	Município de Angoche
O4	Gulamo Mamudo	Município da Ilha de Moçambique
O5	Pedro Florêncio	Município da Vila de Monapo
O6	Junifre Celestino	Município da Vila de Ribauze
O7	Mário Adriano Muimela	Município da Vila de Malema
Província da Zambézia		
N/O	Nome	Autarquia
O1	Manuel António A. de Araújo	Cidade de Quelimane
O2	Erferio Ossifo	Maganja da Costa
O3	Bernardo Fernando	Município da Vila de Gurue
O4	Jose Carlos R. Palaco	Município da Vila de Alto Molocue
O5	Ernesto Carlos de Matos	Município de Mocuba
O6	Adriano Ermindo Jone	Município de Milange
Província de Tete		
N/O	Nome	Autarquia
O1	Ricardo Frederico F. Tomas	Cidade de Tete
O2	Vergílio Chaphata Gumbi	Município da Vila de Moatize
O3	Mário Franque	Município da Vila de Ulongue
O4	Inacio Jose Semente	Município da Vila Nhamayabué-Mutarara
Província de Manica		
N/O	Nome	Autarquia
O1	Manuel Samuel Macocove	Município de Chimioio
O2	Zolino Nanganhanhe	Município de Manica
O3	Carlos João Correia	Município de Gondola
O4	1 António Goner J. Gero	Município de Catandica
O5	Paulo Tafura	Município de Sussundenga

Desporto

Liga Moçambicana de Basquetebol: Ferroviário da Beira aplica mais uma “chapa 100” e lidera

Os campeões nacionais de basquetebol seniores masculinos, o Ferroviário da Beira, voltaram a dar “chapa 100” na Liga que decorre no seu pavilhão, mantiveram a liderança com os mesmos pontos do Ferroviário de Maputo, Costa do Sol e A Politécnica. Quando faltam duas jornadas para o término da fase regular este quarteto está bem posicionado para chegar as meias-finais.

Texto: Adérito Caldeira

Em evidente melhoria os pupilos de Nazir Salé derrotaram os jovens “tricolores” por expressivos 57 a 111 pontos em partida da 5ª jornada disputada na passada quarta-feira (08) na cidade da Beira.

No quarto jogo em que chegam aos 100 pontos o Ferroviário da Beira já vencia por 24 a 57 pontos ao intervalo.

Contudo a sua liderança vai ser desafiada na sexta-feira quando enfrentar o Costa do Sol, que se mostra candidato ao título, e novamente no sábado quando defrontar os “alvi-negros” que sem grandes ambições podem chegar às meias-finais se vencerem os jogos que ainda tem por disputar.

Os “canarinhos”, que fazem parte do quarteto que está na liderança com 9 pontos, derrotou o Ferroviário de Nacala por 62 a 90 pontos, com o parcial de 30 a 42 pontos ao intervalo.

O 2º classificado da Liga Moçambicana de Basquetebol continua a ser o Ferroviário de Maputo que não teve suar para impor-se aos “beirenses” do Vaz Basket Team por 50 a 86 pontos.

Também com 9 pontos está A Politécnica que mostrou, mais uma vez, a sua garra e boa organização vencendo

o histórico Desportivo de Maputo por 58 a 45 pontos, depois de uma 1ª parte renhida que terminou com o resultado de 25 a 24 pontos.

A classificação está assim ordenada:

	Equipa	Jogos	V	D	FC	P	CA Geral	Coefficiente
1	C. Ferroviário da Beira	5	4	1	0	9	497 - 295	1.68475
2	C. Ferroviário Maputo	5	4	1	0	9	404 - 314	1.28662
3	C.D. Costa do Sol	5	4	1	0	9	348 - 323	1.07740
4	A Politécnica	5	4	1	0	9	320 - 314	1.01911
5	G.Desportivo Maputo	5	2	3	0	7	281 - 304	0.92434
6	C. Ferroviário Nacala	5	2	3	0	7	307 - 387	0.79328
7	C.D. Maxaquene	5	0	5	0	5	280 - 368	0.76087
8	Vaz Basket Team	5	0	5	0	5	265 - 397	0.66751

A fase regular retoma nesta sexta-feira (10) e termina no sábado com o seguinte programa de jogos:

6ª Jornada Sexta - Feira - Dia 10-08-2018					
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local	
Jogo nr. 21	14:00 horas	Vaz Basket Team	X C.D. Maxaquene	Pav. CFv Beira	
Jogo nr. 22	16:00 horas	G. Desportivo Maputo	X C. Ferroviário de Nacala	Pav. CFv Beira	
Jogo nr. 23	18:00 horas	C. D. da Costa do Sol	X C. Ferroviário da Beira	Pav. CFv Beira	
Jogo nr. 24	20:00 horas	C. Ferroviário de Maputo	X C. D. A Politécnica	Pav. CFv Beira	

7ª Jornada Sábado - Dia 11-08-2018					
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local	
Jogo nr. 25	14:00 horas	C. Ferroviário de Nacala	X C. Ferroviário de Maputo	Pav. CFv Beira	
Jogo nr. 26	16:00 horas	C. D. A Politécnica	X Vaz Basket Team	Pav. CFv Beira	
Jogo nr. 27	18:00 horas	C.D. Maxaquene	X C. D. da Costa do Sol	Pav. CFv Beira	
Jogo nr. 28	20:00 horas	C. Ferroviário da Beira	X G. Desportivo Maputo	Pav. CFv Beira	

INSS capacita quadros do Tribunal Administrativo na verificação da certidão de quitação

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ao nível da província de Gaza capacitou, semana finda, técnicos do Tribunal Administrativo (TA) e membros das Unidades de Gestão das Aquisições (UGEA) na verificação da autenticidade da certidão de quitação automatizada.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Esta actividade surge na sequência do lançamento da certidão de quitação automatizada, acto realizado no decurso do XXIX Conselho Coordenador do MITESS, realizado na Província de Inhambane de 18 a 20 de Julho passado.

Foi neste contexto que o INSS, delegação provincial de Gaza, realizou o referido seminário de capacitação dos quadros do TA ligados ao sector e contou com a presença da juíza presidente do Tribunal Administrativo da Província de Gaza.

Como forma de vincar a pertinência da divulgação da certidão de quitação, a direcção provincial de Economia e Finanças fez a réplica do seminário da divulgação da certidão de quitação automatizada aos membros das UGEAs das direcções, institutos, fundos e empresas públicas daquela província.

O seminário que contou com 68 participantes, foi dirigido pelo delegado provincial do INSS, Sidónio Manuel, tendo na ocasião referido-se à necessidade das UGEAs, que por competência são responsáveis em analisar processos de contratações públicas, serem vigilantes no controlo da falsificação de certidões de quitação que correspondem requisito de legibilidade para celebração de contrato com o Estado.

“Com a nova certidão de quitação, o contribuinte passa a emití-la automaticamente, através da plataforma do Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique (SISSMO), em qualquer lugar que tiver acesso à internet, desde que esteja quite com o Sistema de Segurança Social”, disse o delegado do INSS.

Este instrumento, segundo a fon-

te, funde várias vantagens: certidão de quitação automatizada, a redução do tempo de espera, do excesso do uso de papel e os custos administrativos de produção, tanto por parte do contribuinte, como da entidade gestora do Sistema de Segurança Social.

Sidónio Manuel sublinhou que a tarefa dos técnicos do Tribunal Administrativo e dos membros das UGEAs é apenas de verificar a autenticidade do documento, e caso não seja autêntico, comunicar à empresa concorrente no sentido de contactar o INSS.

A fonte concluiu afirmando que o papel do Tribunal Administrativo é de filtrar todas as certidões de quitação que tenham escapado à verificação da sua autenticidade, ao nível das UGEAs das instituições remetentes de processos de contratação para efeitos de fiscalização.

Desporto

Moçambola: Desportivo de Nacala trava campeões nacionais

O Desportivo de Nacala travou a recuperação da União Desportiva do Songo, nesta quarta-feira (08), em partida atrasada da 18ª do Campeonato Nacional de futebol. Com a vitória a equipa agora treinada por Abdul Omar saiu da zona de despromoção.

Texto: Adérito Caldeira

Depois de “descarrilar” o líder do Moçambola de 2018 há uma semana os “canarinhos” receberam na Belavista os campeões nacionais e não se intimidaram assumindo o controlo do jogo e adiantaram no placar ainda no minuto 9 por Nuno, que na pequena área só teve de emendar para o fundo das redes o cruzamento de um colega.

Os “hidroeléctricos”, que procuram chegar a liderança realizando as partidas que adiam devido aos compromissos na Taça CAF, não se intimidaram com as bancadas quase lotadas em pleno dia laboral e foram a procura do empate mas o guarda-redes Nando defendeu todas as bolas que foram em direcção a sua baliza.

Já na etapa complementar Mundinho garantiu a vitória, e os 3 importantes pontos, para o Desportivo de Nacala que deixou o penúltimo lugar e está fora da zona de rebaixamento e com dois jogos em atraso.

A União Desportiva do Songo, com mais três jogos por realizar, pode ainda alcançar e ultrapassar o líder do Campeonato.

Eis a classificação, ainda com oito equipas com jogos em atraso:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	Ferrovário de Maputo	20	12	2	6	22	14	38
2º	Liga Desportiva de Maputo	19	10	4	6	27	19	34
2º	Textafrika	20	9	7	4	19	19	34
4º	Ferrovário de Nampula	20	9	6	5	25	18	33
4º	União Desportiva do Songo	17	10	3	4	22	16	33
6º	Clube do Chibuto	19	9	5	5	24	11	32
7º	Maxaquene	19	8	6	5	22	15	30
8º	Costa do Sol	20	6	7	7	15	10	25
9º	Ferrovário da Beira	20	5	8	7	19	17	23
9º	Universidade Pedagógica de Manica	19	5	8	6	13	16	23
9º	ENH de Vilanculo	19	6	5	9	12	21	23
12º	Desportivo de Nacala	18	6	4	10	16	19	22
12º	1º de Maio de Quelimane	20	6	4	10	14	22	22
14º	Ferrovário de Nacala	20	5	6	8	12	19	21
15º	G.D.Incomati	20	4	8	7	9	13	20
16º	Sporting de Nampula	19	2	6	11	9	30	12

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Deputado detido por suspeita de ter participado em alegado atentado contra Maduro

O partido Primeiro Justiça (PJ), da oposição na Venezuela, denunciou esta quarta-feira que funcionários do Serviço Bolivariano de Inteligência (SEBIN, serviços secretos) detiveram na terça-feira um deputado, Juan Requesens, acusado pelo Presidente Nicolás Maduro de ter estado envolvido num alegado atentado de que foi alvo o chefe de Estado. Além do deputado, foi detida uma irmã dele, Rafaela Requesens, presidente da Federação de Centros Universitários da Universidade Central da Venezuela. “O regime é responsável pelo que lhes aconteça”, afirma o partido, numa mensagem no Twitter.

Texto: Público de Portugal

O Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro acusou terça-feira o deputado Juan Requesens de estar envolvido no suposto atentado falhado de sábado contra ele. Analistas e comentadores questionam a versão oficial dos acontecimentos. O governo de Caracas diz que dois drones explodiram perto do palanque onde o Presidente se encontrava e que a carga explosiva se destinava a atacá-lo. Porém, nem toda a gente acredita nesta versão, mas fosse qual fosse a realidade, alguns analistas previam que o episódio fosse usado para endurecer o regime, fazer purgas no exército e concentrar o poder do Governo.

Juan Requesens participou numa sessão do parlamento venezuelano (onde a oposição detém a maioria) durante a qual denunciou a alegada perseguição política do regime contra um outro deputado, José Manuel Olivares, e a família.

“Recuso render-me, a ajoelhar-me perante os que querem quebrar-nos a moral.

Olivares teve que tirar a família do país, como fizeram tantos outros”, afirmou Juan Requesens, durante a sessão.

José Manuel Olivares e a família deixaram a Venezuela a 23 de Julho, depois de este ter revelado que a mulher tinha recebido ameaças. No sábado, duas explosões que as autoridades dizem ter sido provocadas por dois drones (aviões não tripulados) obrigaram o Presidente da Venezuela a abandonar rapidamente uma cerimónia de celebração do 81.º aniversário da Guarda Nacional Bolivariana (polícia militar).

O acto, que decorria na Avenida Bolívar de Caracas (centro), estava a ser transmitido em simultâneo pelas rádios e televisões venezuelanas. No momento em que Nicolás Maduro anunciava que tinha chegado a hora da recuperação económica ouviu-se uma das explosões.

Sete militares ficaram feridos e, segundo as autoridades, foram detidas seis pessoas por suspeita de envolvimento.

Doença misteriosa fez mais de 40 mortos no centro do Mali

Uma doença misteriosa fez mais de 40 mortos na localidade de Mondoro, no círculo (prefeitura) de Douentza, na região de Mopti, no centro do Mali, noticiou terça-feira a imprensa local, sublinhando que as causas desta doença muito contagiosa estão por determinar.

Texto: Agências

A doença misteriosa foi confirmada pela ONG Médicos Sem Fronteiras que precisa que 204 casos foram registados, incluindo 161 na aldeia de Douna e 43 em Tiguila.

Segundo o Patrick Inengé de Médicos Sem Fronteiras foram extraídas amostras em alguns pacientes, pelo número elevado de mortos que esta patologia já provocou.

De acordo com vereadores da localidade, esta patologia já matou mais de 40 pessoas nos últimos três meses e numerosas pessoas estariam contaminadas.

A doença manifesta-se pelo aparecimento de bolões nos pés que se propagam progressivamente no resto do corpo. Os sintomas são, entre outros, um calor a nível dos membros inferiores, seguido de edema evolutivo de baixo para cima acompanhado de escurecimento da pele.

Actualmente, indica a imprensa, só a Médicos Sem Fronteiras assiste os pacientes em pelo menos três aldeias do distrito de Mondoro, onde esta doença apareceu. Devido à insegurança na zona abrangida, a situação em outras localidades é desconhecida.

Os vereadores comunais esperam uma visita dum missão médica do Estado para determinar a situação real.

Mundo

Governo e oposição assinam acordo de paz definitivo no Sudão do Sul

As partes em conflito no Sudão do Sul assinaram, domingo à noite, um acordo de paz definitivo, pondo termo a mais de quatro anos de guerra civil neste país.

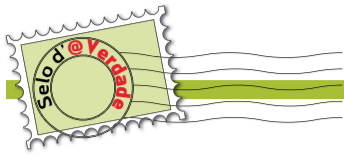
Texto: Agências

O Presidente da República, Salva Kiir, o chefe da oposição, Riek Machar, bem como representantes de outros grupos da oposição sul-sudanesa, assinaram, durante uma cerimónia, que decorreu no Centro de Conferências Friendship de Cartum, o acordo que coloca ênfase na governação e na segurança entre as partes beligerantes.

As negociações que desembocaram neste acordo decorreram entre o Presidente Kiir e o chefe da oposição Riek Machar, além dos representantes de outros grupos da oposição, sob o patrocínio do Presidente sudanês, Omar Al-Bashir.

No quadro deste acordo, o Governo sul-sudanês e os grupos da oposição convencionaram prever cinco Vice-Presidentes durante o período transitório, com Riek Machar restabelecido nas suas prerrogativas de primeiro Vice-Presidente.

O acordo prevê igualmente 35 Ministérios durante o mesmo período, bem como 550 deputados no Parlamento.



Um olhar atento à educação (in)formal nos dias actuais

A escola prepara as crianças para o mundo real? Essa é na verdade uma pergunta parcialmente retórica. Tem sido muito comum entre nós, como pais e encarregados de educação, o uso da frase “estuda com afinco, tire boas notas e você encontrará bom emprego com um salário alto”. Sem querer dar muitas voltas, a frase em si revela que o objectivo dessa orientação é oferecer instrução de modo que no futuro tenha oportunidades de sucesso.

Por outra, o objectivo da educação (in)formal nos dias remotos era o de construir um futuro brilhante, com uma trajectória profissional bem definida e uma aposentadoria precoce genuína. Embora disso surjam carreiras bem-sucedidas, elas acabam não indo exactamente ao encontro da vocação pessoal. Dai a crescente mudança de empregos, áreas de formação... pelas razões consideravelmente certas.

Certas vezes, filhos chegam em casa decepcionados com a escola, aborrecidos e cansados de estudar e perguntam: porquê tenho que perder tempo estudando coisas que nunca aplicarei na vida real? Em momentos como esses, habitualmente nos limitamos a replicar dizendo: porque se você não tiver boas notas, você não vai entrar na Faculdade. É sempre mesma per-

gunta quando há insatisfação nos resultados escolares, até que a resposta acabe perdendo peso.

Certamente, algumas das pessoas mais ricas do mundo não ficaram ricas por causa da escola, de entre elas o Michael Jordan e a Madona. Até mesmo o Bill Gates abandonou o ensino na Harvard para fundar a Microsoft. Ai percebemos que aquela nossa resposta e, na verdade, uma transmissão da mesma mensagem que recebemos dos nossos pais.

Contudo, o mundo mudou, as coisas também e, tristemente, nos ainda continuamos com mesmos conselhos “estuda com afinco, tire boas notas e você encontrará bom emprego com um salário alto”. Por último reconhecemos: nem sempre boa formação e notas altas são o mais suficiente para garantir o sucesso e a plena satisfação individual, pois o que realmente corresponde o tamanho dos nossos sonhos é o encaixe nas nossas vocações.

Por outra, o conselho de um pai pode ter funcionado para filhos que nasceram nos anos de 1970, mas podem ser um desastre para os filhos que nasceram em um mundo de rápida transformação, tal como é o caso dos nossos dias actuais, caracterizados pelo informalismo e multiculturalis-

mo. Neste sentido, não basta mais dizer “vá para escola, tire boas notas e procure um emprego tranquilo e seguro”. É preciso, no entanto, procurar mais formas de orientar a educação dos nossos filhos em conformidade com o mundo contemporâneo.

Se observar atentamente a vida das pessoas de instrução média (trabalhadores), vera uma trajectória semelhante: a criança nasce e vai para a escola, os pais orgulham-se porque a mesma criança se destaca, tira boas ou altas notas e consegue entrar na Universidade. Posteriormente, talvez faça uma pós-graduação e até faça exactamente o que estava determinado a fazer: procurar um emprego, quem sabe de médico ou advogado ou de economista ou professor. O mesmo processo se repete com a geração seguinte de trabalhadores. Esta é a educação débil.

Notavelmente, algumas pessoas são ricas ou inteligentes e/ou ambos em simultâneo, mas não encontram a realização pessoal. Uma vez que a escola não ensina o que os ricos conhecem, enfrentam... seguimos os conselhos dessas pessoas até que um dia notemos que partilhamos um sentimento em comum: a insatisfação que não se pode abandonar. Ai reconhecemos que deveria/devo escolher uma profissão pelo que quero

fazer e não para ter um emprego seguro ou mordomias ou até mesmo pelo atractivo bolo salarial. Agindo assim, terei a consciência de estar a estudar o que meu coração pede e não porque as empresas estão atrás de determinadas habilidades profissionais.

Hoje, o conselho mais perigoso que se pode dar a uma criança é “estuda com afinco, tire boas notas e você encontrará bom emprego com um salário alto”. Esse conselho é um mau conselho porque se realmente desejamos orientar de modo que tenha um futuro financeiramente seguro, ela não pode jogar pelas velhas regras. É arriscado demais.

Assim, quando nos como pais, aconselhamos nossos filhos para irem a escola, se aplicarem e obterem boas ou altas notas para poder ter um bom emprego, fizemos isso muitas vezes em decorrência de um hábito cultural. “Sempre foi certo fazer isso”, mas o mundo actual exige uma reflexão que se encaixa na dinâmica do modernismo, incluindo a variável realização pessoal.

O ideal seria aconselhar nossos filhos para saberem lutar por forma a serem bons funcionários e criarem suas próprias empresas de investimentos.

Por **Basílio Macaringue**

Sociedade

Nyusi assinala 1 ano de negociações pessoais com a Renamo assinando Memorando que é mais um passo no ainda longo percurso até entrega das armas

“(...) Me dirijo a todo o povo moçambicano e à comunicada internacional para informar que os consensos alcançados no dia 11 de Julho de 2018, na cidade da Beira, com o Sr. Ossufo Momade, coordenador da Comissão Política da Renamo, culminaram hoje com a assinatura de um Memorando entre o Governo e a Renamo sobre os assuntos militares” comunicou à Nação o Presidente Filipe Nyusi nesta segunda-feira (06). A liderança do maior partido da oposição não esteve presente no evento nem reagiu à comunicação do Chefe de Estado até ao fecho desta edição. A fazer fé nas últimas palavras de Momade este documento é o primeiro passo de um processo que ainda será longo que deverá culminar com a entrega das armas a uma instituição da qual a Renamo também faça parte em termos de chefia.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

O documento, que não foi assinado na presença de jornalistas nem foi tornado público, indica, de acordo com o Chefe de Estado, “de forma clara o roteiro sobre os assuntos militares e os passos subsequentes e determinantes de uma paz efectiva e duradoura no que tange ao desarmamento, desmobilização e reintegração”.

O Presidente Nyusi disse ainda na sua comunicação à Nação que: “Anunciaremos os passos subsequentes que dependiam do Memorando hoje concluído” e pediu à Comunidade Internacional que “acompanhe e apoie o processo de descentralização, desarmamento,

desmobilização e sobretudo a reintegração dos homens armados da Renamo, nossos irmãos”.

O líder interino do maior partido da oposição não esteve presente no evento e o @Verdade não conseguiu obter uma reacção oficial do partido Renamo até ao fecho desta edição.

É que entre os consensos alcançados no passado dia 11 de Julho, segundo o Presidente de Moçambique, ficou acordado que num prazo de 10 dias a liderança da Renamo iria apresentar a lista dos seus oficiais para ocuparem os cargos nos postos previamente-

continua Pag. 19 →



Pergunta à Tina...

Olá, tenho 21 anos e há alguns dias apareceu-me numa borbulha na parte de cima do clítoris, é uma pequena borbulha esbranquiçada, mas não tenho mais nenhum sintoma não tenho comichão nem ardor. Na sua opinião é caso para eu me preocupar? O que poderá ser? Bianca

Olá, Bianca. Sim, é caso para te preocupares, pois pode ser uma Infecção de Transmissão Sexual (ITS). Fica difícil dar-te uma opinião concreta, pois se tudo começou apenas há alguns dias, a infecção ainda não se desenvolveu completamente e possivelmente virás a ter outros sinais e sintomas. Portanto, o melhor será ir ao centro de saúde ou a uma clínica, onde poderás receber o tratamento adequado.

Mas não esqueças que a camisinha oferece dupla protecção: não só evita as ITSs, incluindo o HIV, mas também a gravidez.

Chamo-me Sérgio e sou HIV positivo. Faço o tratamento do TARV e uso preservativo nas relações sexuais que mantenho; no entanto, quando ejaculo deixo de sentir os meus órgãos genitais como se fosse anestesia. O que devo fazer?

Caro Sérgio, tenho dificuldade em te dizer o que deves fazer, mas não me consta que o TARV possa provocar esse sintoma depois da ejaculação. Por isso, nunca deves interromper o TARV, que é a coisa mais importante para a tua vida e a da tua parceira.

Se é uma coisa que não te causa grande incómodo, o melhor é mesmo esperar, pois pode ser que passe com o tempo. De contrário, talvez melhor procurar cuidados médicos numa consulta de urologia. Boa sorte!

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com


Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis. As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com

goste de nós no
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

Na antecâmara de dois ciclos eleitorais que prometem ser “desafiantes” para o partido Frelimo, o Governo de Filipe Nyusi está a apertar o cerco aos órgãos de Comunicação Social independentes e a tentar barrar a presença de jornalistas estrangeiros. O @Verdade descobriu que para além da criação de (mais) um órgão regulador da Comunicação Social em Moçambique o Executivo aumentou e criou diversas taxas de licenciamento e registo para serviços de rádio, televisão e imprensa escrita e ainda agravou “astronomicamente” o custo da acreditação de jornalistas estrangeiros.
<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/66481>



Aurelio Sambo Mas que absurdo! Onde os freelancer nacionais vão buscar 30 mil meticais para acreditação? Pura vergonha. · 2 dia(s)

Aunorius Andrews Simbyne A isto se chama Matar a Imprensa... Como um Governo verdadeiramente democrático aprova tamanha asneira... enfim, embora a mensagem seja indirecta - eh ao mesmo tempo clara - Imprensa Privada deve desaparecer do mapa... Obrigado Nyusi - Vou votar na Renamo para as Presidenciais... seja quem for - Já não confio em ti Nyusi... · 2 dia(s)

Eugenio Abilio Abibo extremamente vergonhoso, estão a cortar pão para os correspondentes moçambicanos, muito off. · 1 dia(s)

Maria Torcato Mais uma chicotada na liberdade de informação e de acesso às

fontes de informação. É a Idade das Trevas a caminho. · 1 dia(s)

Dias Carlos O que fez o conselho superior de comunicação social? · 2 dia(s)

Aderyto José Pedro Smir Aquela putaria é deles mano · 2 dia(s)

Antonio Simoes Martinho Todos regimes tem fim democraticamente ou militarmente golpes etc este está no fim. Tudo tem fim roubando manipulando vai chegar o fim na mesma. · 2 dia(s)

Fidelis Mulungo Nos vamos mudar estes!!! · 2 dia(s)

Nagasak Iasine que pena ...pois isso não durar muito tempo · 2 dia(s)

Jose Carvalho Fascistas!!!!!! · 2 dia(s)

goste de nós no
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

@Verdade Editorial: Cada vez mais no fundo do pântano #Moçambique

Diz o dito popular que “a mentira tem perna curta” e para o caso de Moçambique parece ter perna muito menor do que se imagina. O Presidente da República, Filipe Nyusi, andou a cantar aos quatro ventos que o país estava a iniciar a fase “pós-crise”, garantindo que a economia nacional está em franca recuperação. Porém, a realidade o desmente de forma vergonhosa, passando-o o atestado de maior mentiroso de todos os tempos. Uma prova disso é o facto de os bancos comerciais, na sua maioria que obtiveram lucros bilionários inéditos com a crise financeira do país e as dívidas ilegais, deixaram de comprar Títulos do Tesouro que têm sido usados pelo Governo para financiar o Orçamento de Estado cada vez mais deficitário desde a descoberta das dívidas da Proindicus e MAM. Hoje parece que ninguém tem dúvidas de que andamos a ser enganados, pois é cada vez mais evidente que Nyusi, para além de tentar tapar o sol com a peneira, andou a lançar areia para os olhos dos moçambicanos menos atentos com o seu discurso demagógico segundo o qual moçambicanos deviam passar a viver só com o que dispõem internamente. Essa suposta “brilhante” ideia surge no seguimento da suspensão do Programa financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do apoio directo ao Orçamento de Estado pelos Parceiros de Cooperação, que condicionaram a retomada do apoio ao esclarecimento das dívidas contraídas ilegalmente. Presentemente, Moçambique é um dos países mais infames no mercado financeiro internacional, devido aos calotes que deu aos seus credores. Internamente, os bancos comerciais que operam no nosso país também não escaparam, razão pela qual já não confiam no Governo da Frelimo. A cada dia que passa fica mais claro que o país continua a afundar-se na lama, não se vislumbrando dias melhores para os moçambicanos. Nem o tal futuro prometido pela Frelimo vislumbra-se a curto ou médio prazo.
<http://www.verdade.co.mz/opiniao/editorial/66480>

Horacio Mavila Infelizmente esta é uma realidade incontornável, o @verdade, ainda a abordar esta questão bastante inquietante, ontem mesmo no jornal da noite de quase todas televisões nacionais, o FMI

apareceu a dar outra face da moeda, no que se refere ao futuro de Moçambique, sobretudo que toca austeridade a ser levada a cabo. Sub pena de Moçambique, a partir do ano de dois mil e dezanove, abraçar se com uma realidade sombrio. Sem

aumento salarial na função publica, sem novas contratações para a função publica, enfim, tudo isto vem de facto testemunhar que o presidente da republica esta de sacanagem com o povo de quem o elegeu. · 1 dia(s)

Heras Heras Heras Gostei da parte do “encenando as suas peças teatrais favoritas”. Nem fica bem dizer que são os dirigentes que temos, digo antes que o povo que temos que leva sem lubrificantes e ainda aceita um desfile de discursos bacocos e tolos · 19 h

Nagasak Iasine nada e pela eternidade, assim e o seguimento da queda do segundo colono em moz. · 1 dia(s)

Zefanias Mocha E o fim da colónia tudo xta consigo pra a diferença alem forca da mudança... · 1 dia(s)

Al Cino Di Brasco Negativismo · 11 h

Ama Deus Buque Georgino Mariano Joaquim vê o que está acontecendo no nosso país · 1 dia(s)

Georgino Mariano Joaquim O FMI não é meu patrão. Confie nele tu. Esses pensavam que o país fosse desaparecer, mas ficaram enganados! · 1 dia(s)

Ama Deus Buque Se tiver certeza que isso é o que pensavam, tens razão mas a verdade é que a cada dia que passa o país está indo à baixo. · 1 dia(s)

Para além de inauguração de agências bancárias: Standard Bank comemora 124 anos com acções de cidadania, desporto e plantio de árvores

O Standard Bank completa, no próximo dia 20 de Agosto, 124 anos de implantação em Moçambique.

A efeméride será marcada pela realização de várias acções de carácter socioeconómico, com destaque para inauguração de agências bancárias, lançamento de campanhas para plantio de árvores, massificação da modalidade de ténis, promoção da cidadania e, ainda, a segunda edição da “Corrida Azul”, uma mini-maratona de 15 quilómetros com prémios valiosos.



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

porativa, o banco pretende assinalar a efeméride, apoiando o Orfanato da Matola e o Centro de Acolhimento de Idosos do Zimpeto, em Maputo.

O Orfanato da Matola acolhe crianças, cuja maioria é orfã de pais que morreram vítimas de HIV-Sida, para além de outras abandonadas pelos progenitores. Por sua

vez, o Centro de Acolhimento de Idosos do Zimpeto alberga idosos abandonados pelas próprias famílias e outros desprovidos de condições de sobrevivência.

No meio de todas estas actividades haverá, ainda, espaço para iniciar o projecto de massificação do ténis nas escolas públicas da cidade de Maputo. Este projecto, que será conduzido em courts alternativos, culminará com a participação dos atletas mais destacados na oitava edição do Standard Bank Open, agendada para o mês de Dezembro.

Para encerrar as celebrações será realizada a segunda edição da “Corrida Azul”, onde mais uma vez se espera por uma participação de populares e de alguns atletas internacionais, na categoria de federados.

Para abrir as celebrações, está agendada, para o dia 9 de Agosto, a inauguração de uma agência do banco na cidade da Matola, província de Maputo, no âmbito da sua estratégia de negócio, visando estar mais próximo dos clientes, servindo-os com rigor.

A seguir, o projecto de cidadania do Standard Bank - que tem por objectivo promover o gozo efectivo da cidadania às populações mais carenciadas, através da emissão gratuita de documentos de identificação civil (B.I, Cédula Pessoal e Boletim de Nascimento) - terá lugar na cidade da Matola, concretamente no Novare Mall, e nos distritos de Caia, em Sofala, Alto Molocué, na Zambézia, e Cuamba, em Niassa.

Ainda na vertente da responsabilidade social cor-

Sociedade

Autárquicas 2018: Eneas Comiche pode regressar ao município de Maputo como edil

A Frelimo, escolheu, na sexta-feira (03), Eneas Comiche como o cabeça-de-lista para Maputo, a capital e cidade mais importante de Moçambique, e elegeu igualmente os candidatos e membros das assembleias municipais para as restantes autárquicas. Este é o começo de um provável regresso de Comiche à edilidade, onde foi presidente de 2004 a 2008. Na altura, ele alertou às autoridades que a área de actuação do governo da urbe coincidia/coincide com o espaço territorial do município, o que diluía/diluiu as responsabilidades de ambas as partes.

Texto: Emildo Sambo

O deputado e presidente da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República (AR) vai enfrentar Venâncio Mondlane, da Renamo, e outro candidato ainda por ser indicado pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

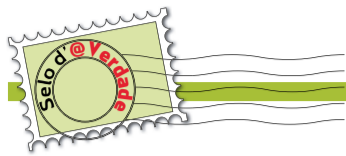
No Conselho Autárquico da Matola, cidade considerada gigante industrial e gerida pelo partido no poder, este voltou a apostar em Calisto Cossa, que vai “medir forças” com Silvério Ronguane, do “galo”, e António Muchanga, da “perdiz”.

Luís Munguambe mereceu votos vai tentar mais um mandato

na vila da Manhiça. Jacinto Loureiro, actual edil da vila de Boane, teve a mesma sorte e Manuel Munguambe vai bater-se pela vila da Namaacha.

Nas seis autarquias da província Gaza, a Frelimo tem como cabeças-de-lista Emídio Xavier, para o município de Xai-Xai, Henriques Machava (Chibuto), Maria Langa (Manjacaze), Ramalho Mussay (Macia), Mufundisse Chilengue (Praia de Bilene) e José Moiane (Chókwè).

Em Inhambane, Benedito Guimino, actual edil da capital provincial, poderá renovar o mandato, pois [continua Pag. 18](#)



Entre o discurso e a prática: Mitos e realidades sobre o acesso à terra em Moçambique

Contextualização

Assistem-se a vários debates sobre a questão da terra em Moçambique: sobre o regime de propriedade e possibilidade de privatização; sobre a titulação e garantia da segurança de posse da terra dos camponeses, num contexto de investimentos no agro-negócio, na indústria extractiva e grandes infra-estruturas; sobre o papel da terra no desenvolvimento socioeconómico do país; sobre o acesso à terra pela mulher; sobre a gestão e eficiência dos serviços de cadastro e ordenamento do território e, entre outras questões, o crescimento dos mercados de terra, quer nas áreas urbanas, quer nas zonas rurais.

O presente Destaque Rural tem como objectivo apresentar e reflectir sobre alguns mitos, realidades e ideias preconcebidas à volta da questão da terra em Moçambique.

1. A terra é propriedade do Estado e não se vende?

A discussão sobre a valorização da terra em Moçambique não é recente e está ligada ao regime de propriedade, sendo a sua adequação ao contexto e realidade moçambicanos objecto diferentes de posicionamentos entre actores, há mais de duas décadas. Se por um lado, se considera que a passagem para um regime de propriedade privada da terra resultaria na concentração de grandes extensões de terra nas mãos das elites nacionais e estrangeiras, na pauperização das famílias rurais moçambicanas, na emergência de movimentos de pessoas sem-terra e, portanto, mais desigualdades sociais, por outro lado, considera-se que a privatização estimularia o melhor uso da terra para fins produtivos e económicos, facilitando a iniciativa privada, quanto ao que se entende ser o melhor uso da terra (Mandamule, 2017).

O postulado que a terra é do Estado, definido pela Constituição da República de Moçambique, contrasta com a existência de um dinâmico e intenso mercado de terras. É um princípio fictício considerar a terra como um bem

fora do circuito comercial. A terra está entre os bens mais comercializáveis, através da compra e venda no mercado, arrendamento, empréstimo ou outro tipo de transacção, mas convive-se com esta realidade como se não existisse, fazendo dela um tabu. Desde anúncios e classificados em jornais a panfletos e uso de algumas redes sociais, é possível constatar a existência de um dinâmico mercado de terras que, embora não reconhecido legalmente, é aberto e regulado pelas leis da oferta e da procura do mercado, em função da localização, dimensão, posse, ou não, de título de DUAT, benfeitorias existentes, qualidade do solo e acessibilidade aos mercados e serviços.

Neste cenário informal, a venda de terras é acompanhada por imensos conflitos. As vendas duplicadas do mesmo espaço e as vendas de áreas familiares sem o consentimento de outros herdeiros constituem apenas alguns dos factores causadores dos inúmeros problemas.

Os mercados de terra não deixam de poder ser vistos como formas de confrontação ao regime actual, porquanto a terra é propriedade de Estado, não podendo, por isso, ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada. A insistência em não reconhecer esta realidade favorece o crescimento e impede a regulação do mercado de terras, que não podem ser deixados à mercê das forças da oferta e da procura. O mercado de terras envolve anualmente transferências de milhões de meticais, de forma subterrânea aos circuitos fiscais, penalizando o Estado e impossibilitando o financiamento da máquina administrativa de administração e gestão de terras. A Lei, não só não é cumprida, como se assiste a uma passividade geral do Estado e respectivos agentes perante a existência deste mercado de terras, transformando-se a disposição legal e constitucional em cínica.

A situação agrava-se com o aumento da procura pelo acesso à terra. Esta crescente procura é, em parte, causada pelo próprio crescimento po-

pulacional. Os resultados do quarto recenseamento geral da população e habitação, realizado em 2017, revelam que a população total de Moçambique atingiu os 28,9 milhões de habitantes, traduzindo um aumento de 8,4 milhões em 10 anos, e uma taxa de crescimento anual de 3,5%, uma das mais elevadas do Mundo. Por outro lado, a pressão sobre a terra é consequência do aumento do interesse no agro-negócio ou na indústria extractiva e pela construção de infra-estruturas públicas, obrigando a reassentamentos de populações.

Analisando a questão das políticas e modelos de gestão e administração de terras em Moçambique, Carrilho e Mandamule (2015) questionam “quais as vantagens e inconvenientes duma gestão centralizada da terra, num Estado “frágil” e com fracas estruturas de controlo popular? Até que ponto, o reconhecimento de direitos de uso de indivíduos e comunidades pode ser superior, em face das vantagens e desvantagens da gestão descentralizada ao nível de distrito, num Estado com fracas capacidades administrativas locais, em que as lideranças comunitárias não são eleitas e onde se desconhecem os limites territoriais precisos das unidades sub-provinciais, a infra-estrutura de comunicação é deficiente e a presença do judiciário ao nível comunitário é fraca?”

Assim, num momento em que foi aprovada a necessidade da revisão da Constituição e do quadro legal sobre terras, figurarão a valorização da terra e a descentralização da administração e gestão da terra, com nova hierarquia dos poderes de decisão, de arbitragem (sistema judicial) e de resolução de conflitos, dentre as matérias a serem discutidas? Como é possível fazer descentralização sem receitas? Como é possível fazer receitas sem tributação do uso e transferência da terra?

2. DUAT, segurança de posse e produtividade agrícola

Nos últimos anos, os debates sobre a terra têm vindo

a considerar o processo de titulação como condição necessária para a garantia da segurança de posse da terra pelos utilizadores, sobretudo camponeses e comunidades locais. De facto, a crescente pressão sobre a terra e os conflitos daí resultantes têm mostrado as fragilidades das provas orais e testemunhais, aumentando a demanda pela formalização escrita dos direitos adquiridos por via costumeira ou por ocupação por boa-fé.

Para além do acesso e uso seguro da terra, argumenta-se que a posse do título de DUAT aumenta a produtividade agrícola e rendimento dos produtores. No entanto, poucas evidências existem a respeito desta relação. Alguns exemplos de conflitos entre detentores de DUAT e grandes empresas no agro-negócio nas províncias de Nampula e Zambézia (UNAC e GRAIN, 2015) revelam que o registo não constitui a única forma real de assegurar os direitos. Argumenta-se que a melhor forma de garantir a segurança de posse da terra é o seu uso.

São precisos estudos que indiquem, com base em evidências, os impactos da titulação e registo de terras na segurança de posse e produtividade agrícola, por um lado, e, por outro lado, a relação entre o registo de terras e a prevenção e resolução de conflitos, mapeando os locais de conflitos, actores envolvidos, tipo de direitos reivindicados e formas de resolução. Estudos desta natureza deveriam preconizar uma coordenação institucional entre os ministérios de tutela (MITADER e MASA), organizações da sociedade civil, sector privado e populações locais.

3. Igualdade de género no acesso à terra: discurso ou realidade?

No contexto actual, as mulheres representam mais de 50% do total da população moçambicana vivendo nas zonas rurais, das quais 84,8% realizam actividades agro-pecuárias, a base da sua subsistência. No entanto, apesar de constituírem a maioria, a natureza predo-

minantemente falocêntrica da sociedade moçambicana, coloca as mulheres em situação desfavorável no que concerne ao acesso aos recursos, informação e à educação formal (JA e UNAC, 2011).

Aspectos culturais e a tradição das nossas sociedades influenciam quem tem a posse da terra e definem quem gere os recursos a nível familiar e comunitário. O patriarcado (sistema em que o homem é o detentor do poder sobre os recursos, as mulheres e as crianças ao nível da família) é mais forte nas zonas rurais, grandemente influenciado pela falta de educação e informação. Nas regiões centro e sul do país, onde predomina um sistema patrilinear, a herança da terra tende a fazer-se de pai para filho, pressupondo-se que a mulher terá acesso a terra por intermédio do casamento.

Muitas mulheres vêem negada a oportunidade de ter os seus direitos de posse da terra formalizados, uma vez que, em muitos casos, o DUAT deve estar em nome do homem. Em determinados casos, as mulheres conseguem ter algum poder de decisão sobre a terra na ausência do marido, por viuvez ou emigração masculina. Essas questões devem ser discutidas, mas são aspectos de raízes sócio-antropológicas cujas mudanças requerem outro tipo de acções, como formação e acesso à informação.

Dados preliminares do programa de formalização dos direitos de uso e aproveitamento da terra do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (programa Terra Segura) indicam que, do total das 500 000 parcelas de terras até agora levantadas e registadas, as mulheres representaram apenas 39%, dos titulares, contra 61% de homens (DINAT, 2017).

A participação das mulheres rurais nos órgãos de decisão instituídos a nível local, como, por exemplo, os conselhos consultivos locais, é também limitada. Em muitos casos, ainda que representadas, as mulheres não participam activamente, evitando a criação de

Moçambola 2018: União Desportiva do Songo começa acertar calendário e já está a 5 pontos da liderança

A União Desportiva do Songo iniciou o acerto dos cinco jogos que tinha em atraso derrotando o Incomati de Xinavane e reduzindo para 5 os pontos para chegar a liderança do Campeonato nacional de futebol.

Praticamente sem chances de apuramento para os quartos-de-final da Taça CAF os campeões começaram na tarde do passado sábado (04), no seu relvado em Tete, a realizar os jogos que tem atrasados e, em caso de vitória, os colocam com boas chances de revalidar o título nacional.



Diante dos aflitos "açucareiros", em partida de acerto de calendário da jornada 17 do Moçambola, que a precisarem de pontos entraram abertamente a procura do golo a equipa agora treinada por Nacir Armando assumiu o controle do jogo e sem surpresas Mário Sinamunda abriu o activo à passagem do minuto 20, lançado por um colega entrou na área e chutou para o fundo das redes.

Depois do descanso os "hidroeléctricos" poderiam ter feito uma goleada, não fosse a displicência dos seus atacantes e as grandes defesas do guarda-redes do Incomati que só no período de compensação foi incapaz de travar o capitão Mucupel que na sequência de um livre do flanco direito emendou para o 2 a 0.

Com a possibilidade de somar mais 12 pontos a União Desportiva do Songo tem em atraso confrontos com o Maxaquene e o Desportivo de

Nacala, na condição de visitante, e no seu relvado em Tete vai receber a Universidade Pedagógica de Manica e o Clube do Chibuto.

Texto: Adérito Caldeira

Eis a classificação provisória:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	Ferrovário de Maputo	20	12	2	6	22	14	38
2º	Liga Desp. de Maputo	19	10	4	6	27	19	34
2º	Textáfrica	20	9	7	4	19	19	34
4º	Ferrovário de Nampula	20	9	6	5	25	18	33
4º	União Desp. do Songo	16	10	3	3	22	14	33
6º	Clube do Chibuto	19	9	5	5	24	11	32
7º	Maxaquene	19	8	6	5	22	15	30
8º	Costa do Sol	20	6	7	7	15	10	25
9º	Ferrovário da Beira	20	5	8	7	19	17	23
9º	U. Pedagógica Manica	19	5	8	6	13	16	23
9º	ENH de Vilanculo	19	6	5	9	12	21	23
12º	1º Maio de Quelimane	20	6	4	10	14	22	22
13º	Ferrovário de Nacala	20	5	6	8	12	19	21
14º	G.D.Incomati	20	4	8	7	9	13	20
15º	Desportivo de Nacala	17	5	4	10	14	19	19
16º	Sporting de Nampula	19	2	6	11	9	30	12

Sociedade

Condutor atropela mortalmente em Inhambane

Um condutor está a ver o sol aos quadrinhos, desde sábado (04), acusado de atropelar mortalmente um cidadão e em seguida colocar-se em fuga, sem prestar socorro à vítima, na cidade de Inhambane, província com o mesmo nome.

Texto: Redacção

O malgrado, de 25 anos de idade, foi colhido por uma viatura com a chapa de inscrição ADR 886 MP, naquele dia, quando pretendia atravessar a estrada na urbe.

Após o atropelamento, o automobilista colocou-se em fuga mas horas depois acabou nas mãos das autoridades policiais. Segundo o Decreto-Lei número 1/2011, de 23 de Março, que aprova o Código da Estrada, o condutor que cometa acidente de que resulte morte e que abandone o sinistrado incorre em penas pena de prisão e multa, conforme estabelecem os artigos 153 e 154.

A Polícia da República de Moçambique (PRM), em Inhambane, presumiu que o acidente pode ter resultado do excesso de velocidade aliado a outras irregularidades que consubstanciam uma violação das mais elementares regras de trânsito.

Recorde-se de que dentro de uma localidade a velocidade máxima permitida é de 60 quilómetros por hora, para automóveis ligeiros e pesados, de acordo com o Código da Estrada, número 1 do artigo 33.

Mundo

Oposição do Zimbabwe não aceita vitória eleitoral "ilegítima"; Presidente Nyusi felicita Emmerson Mnangagwa

O líder da oposição do Zimbabwe, Nelson Chamisa, negou-se na quinta-feira a aceitar a proclamação como vencedor das eleições presidenciais do actual chefe de Estado, Emmerson Mnangagwa, que qualificou de "fraudulenta, ilegal e ilegítima". Moçambique, através do Presidente Filipe Nyusi, já reconheceu a vitória, "Em nome do Povo, do Governo da República de Moçambique e no meu próprio, gostaria de felicitar Vossa Excelência pela eleição como Presidente da República do Zimbabwe".

Texto: Agências

Em entrevista coletiva, o candidato presidencial do Movimento pela Mudança Democrática (MDC) reiterou que os resultados, anunciados esta madrugada, são "falsos", e, embora não tenha divulgado as provas que afirmou possuir, afirmou que a apuração alternativa da legenda demonstraria sua vitória com 2,3 milhões de votos.

O prazo para impugnar os resultados termina em sete dias e, embora Chamisa tenha evitado confirmar se irá à Justiça, antecipou que buscará "a anulação desses resultados e tomará todas as medidas possíveis", nas quais a sua "equipe jurídica" trabalha.

"Inclusive se formos aos tribunais, teremos muitas provas sobre a fraude nas eleições. Mostraremos as provas no momento oportuno", disse Chamisa, que mencionou as razões "legais e políticas" para não entregar relatórios que supostamente provariam que Mnangagwa não obteve dois milhões de votos.

"Ganhamos estas eleições e estamos preparados para formar o próximo Governo. Não mostraremos respeito por algo inválido e nulo como a declaração feita pela (Comissão Eleitoral do Zimbábue) ZEC", apontou o político.

Ao ser questionado sobre ter feito contacto com o presidente eleito, o candidato opositor respondeu que tentou, "mas ele não está disponível. Quería pedir que aceitasse a derrota".

Chamisa reivindicou a Mnangagwa, "se realmente for um democrata", que "honre a sua promessa de eleições livres e justas".

"Conhece o resultado, sabe que per-

deu, tem que ser honesto e sincero. Não deve aceitar resultados corruptos", acrescentou.

O líder do MDC acusou a ZEC de "arrogância" e de "não entender que as eleições correspondem aos cidadãos".

"É um manipulação mal feita. (Robert) Mugabe pelo menos era sofisticado", disse em referência ao homem que governou o país desde a sua independência em 1980 até a renúncia forçada em Novembro.

A entrevista coletiva começou mais tarde do que o previsto, porque soldados da unidade anti distúrbios da polícia invadiram o hotel onde seria realizada para expulsar os jornalistas, alegando que deviam comprovar as suas credenciais.

No meio da confusão, apareceu o ministro zimbabweano de Informação, Simon Khaya Moyo, para ordenar aos agentes que fossem embora e não interrompessem a entrevista coletiva.

Pouco depois, Mnangagwa publicou duas mensagens em sua conta do Twitter nas quais garantiu que "as cenas vividas hoje não acontecem na nossa sociedade", e anunciou uma "investigação urgente" sobre a intervenção policial.

"Nos últimos nove meses, protegemos a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e a liberdade de criticar ao Governo. É uma parte indispensável do novo Zimbabwe. Não é negociável e não mudará. Ganhamos as eleições de maneira livre e justa e não temos nada que temer e nem que esconder. Qualquer um é livre de se dirigir aos meios quando quiser", acrescentou.

Após vários dias de espera e tensão, a ZEC anunciou ontem à noite os resultados oficiais e anunciou a vitória de Mnangagwa com 50,8% dos votos, graças principalmente aos seus bons resultados nas áreas rurais.

Embora hoje as ruas da capital tenham amanhecido com relativa calma, nos últimos dias os protestos protagonizados por seguidores do MDC e reprimidos pela polícia e Exército deixaram pelo menos seis mortos.

Presidente Nyusi felicita Mnangagwa

"Em nome do Povo, do Governo da República de Moçambique e no meu próprio, gostaria de felicitar Vossa Excelência pela eleição como Presidente da República do Zimbabwe" afirmou o Presidente Filipe Nyusi numa mensagem emitida poucas horas após a divulgação dos resultados oficiais.

O Chefe de Estado moçambicano afirma não ter "dúvidas que o Povo do Zimbabwe falou alto e claramente, por conseguinte, desejo, sinceramente, muitos sucessos no desempenho do legítimo mandato que vos foi conferido para liderar os seus destinos, neste importante cargo de Chefe de Estado e de Governo".

"Estou certo que sob a Vossa liderança, continuaremos a desfrutar de relações estreitas, como aliados empenhados em proteger os interesses dos nossos cidadãos e em trabalhar juntos para o sucesso da região, especialmente na edificação de sociedades democráticas e prósperas, mediante a implementação de projectos e iniciativas conjuntos em áreas como energia, turismo, transportes e comunicações, apenas para citar alguns", concluiu Nyusi.

→ continuação Pag. 16 - Autárquicas 2018: Eneas Comiche pode regressar ao município de Maputo como edil

foi também eleito cabeça-de-lista.

Para a autarquia da Massinga, os camaradas elegeram Nei-de Jeremias e Fernando Bambo, para a cidade da Maxixe.

Abílio Paulo e William Tunzine irão concorrer pelas edilidades de Quissico e Vilanculo, respectivamente.

Para a cidade da Beira, a Frelimo apostou em Augusta Maita. Esta deverá ter uma estratégia bastante forte arrancar a gestão da autarquia das mãos do actual edil, Daviz Simango, do MDM.

Ainda em Sofala, no município de Gorongosa, o "batuque e maçaroca" vai concorrer pela mão de Sabete Elichá. António Charurmar é o escolhido para Nhamatanda, enquanto Victória Artur dará a cara por Marromeu.

A capital provincial de Manica tem como cabeça-de-lista João Ferreira, docente na Universidade Católica em Chimoio e é empresário formado em engenharia de construção civil.

César de Carvalho é o escolhido da Frelimo para Tete. Ele já foi presidente do município local por dois mandatos.

Em Moatize, o partido no poder voltou a confiar no actual edil, Carlos Portimão, que está lá desde 2013.

A 26 de Setembro de 2013, Carlos Portimão, na ocasião candidato do partido Frelimo à presidência do município de Moatize, foi preso por ordens da procuradora distrital de Tete, Ivânia Mussagy, acusado de tentar subornar a magistrada valor de cinco mil meticais, em notas.

Ele tentava negociar a soltura do seu sobrinho que se encontrava detido na Cadeia Distrital de Moatize.

Na Zambézia, a Frelimo vai concorrer com Carlos Carneio, em Quelimane, Geraldo Sotomane, em Mocuba, Miguel Ernesto, para Alto-Molócuè, José Fernando (Gúruè), Felisberto Dias (Milange), Virgílio Gabriel (Maganja da Costa).

Na cidade de Nampula, Amisse Coloco é confiado da Frelimo e vai enfrentar de novo o candidato da Renamo, Paulo Vanhale, a par do que aconteceu na última eleição intercalar.

Ángelo Fonseca, é o cabeça-de-lista para Malena; Valdemiro Abacar, para Ribáwè; Abdul Mamade, para Monapo; Saide Abdulremane, Ilha de Moçambique; Bernardino Elias, para Angoche; e Rui Chongue Son, para Nacala-Porto.

No Niassa, a Frelimo elegeru Luís Djumo, Sara Mustafa e João Assumane para as autarquias da cidade de Lichinga, Metangula e Cuamba, respectivamente enquanto Afonso Alfredo e João Stende foram confiados para Marrupa e Mandimba.

Liga de Basquetebol: Costa do Sol lidera invicto

O Costa do Sol lidera invicto a Liga Moçambicana de Basquetebol sénior masculino após a disputa de três jornadas, tendo derrotado um dos candidatos ao título. Mas até ao próximo sábado (11) muito se vai suar no pavilhão do Ferroviário da Beira até estarem definidos os quatro semi-finalistas.

Texto: Adérito Caldeira

A equipa treinada por Miguel Guambe estreou-se com uma vitória sobre o Desportivo de Maputo por 30 a 35 pontos, na sexta-feira (03), num jogo muito fraco que foi para o intervalo sem que nenhuma das equipas tivesse conseguido abrir o placar.

Mas os “canarinhos” parece que estiveram a resguardar-se para o sábado (04) quando enfrentaram o Ferroviário de Maputo, candidato ao título, e impuseram-se por 90 a 77 pontos com Daniel Maveure a brilhar encestando 21 pontos.

No domingo (05) o Costa do Sol não deu chances aos “beirenses” do Vaz Basket Team e somou mais uma vitória, 58 a 66 pontos foi o placar final. Francisco Braga voltou a ser o “canarinho” mais regular, encestou 13 pontos, num jogo onde destacou-se o colega Egídeo Zandamela com 17 pontos.

Mas invencibilidade será colocada à prova nesta terça-feira (07), quando enfrentar a bem organizada equipa da A Politécnica, e será difícil de manter na sexta-feira (10) diante dos campeões em título e anfitriões.

É que o Ferroviário da Beira parece começar a ganhar o ritmo, que lhe falta em relação aos seus adversários de Maputo que têm muito mais jogos disputados, e ocupa o 2º lugar com uma derrota no confronto contra os homónimos da capital do país, 79 a 69 perdeu logo na 1ª jornada. Entretanto deu “chapa cem” aos “patricios” do Vaz Basket Team, 108 a 53 pontos, e não teve dificuldades para suplantar A Politécnica, por 62 a 100 pontos.

Com apenas três jornadas disputadas tudo ainda está em aberto nesta fase regular, que está a ser jogada no sistema de todos contra todos em uma volta, no pavilhão dos “locomotivas” da Beira até ao dia 11 de Agosto, pois

repartem o 2º lugar com os anfitriões o Ferroviário de Maputo, o Ferroviário de Nacala e A Politécnica todas equipas com 5 pontos, existindo apenas quatro lugares nas meias-finais.

Confira a classificação actual:

	Equipa	Jogos	V	D	FC	P	CA Geral	Coeficiente
1	C.D. Costa do Sol	3	3	0	0	6	211	1.08205
2	C. Ferroviário da Beira	3	2	1	0	5	277	1.42784
3	C. Ferroviário Maputo	3	2	1	0	5	242	1.21000
4	C. Ferroviário Nacala	3	2	1	0	5	201	1.06915
5	A Politécnica	3	2	1	0	5	196	0.88288
6	G.Desportivo Maputo	3	1	2	0	4	161	0.82564
7	C.D.Maxaquene	3	0	3	0	3	159	0.87845
8	Vaz Basket Team	3	0	3	0	3	164	0.69492

Eis o programa de jogos completos da fase regular:

Terça - feira - Dia 07-08-2018				
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local
Jogo nr. 13	14:00 horas	C. Ferroviário de Maputo	X C.D. Maxaquene	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 14	16:00 horas	C. Ferroviário da Beira	X C. Ferroviário de Nacala	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 15	18:00 horas	C. D. da Costa do Sol	X C. D. A Politécnica	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 16	20:00 horas	G. Desportivo Maputo	X Vaz Basket Team	Pav. CFV Beira

Quarta - feira - Dia 08-08-2018				
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local
Jogo nr. 17	14:00 horas	Vaz Basket Team	X C. Ferroviário de Maputo	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 18	16:00 horas	C.D. Maxaquene	X C. Ferroviário da Beira	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 19	18:00 horas	C. Ferroviário de Nacala	X C. D. da Costa do Sol	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 20	20:00 horas	C. D. A Politécnica	X G. Desportivo Maputo	Pav. CFV Beira

Sexta - Feira - Dia 10-08-2018				
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local
Jogo nr. 21	14:00 horas	Vaz Basket Team	X C.D. Maxaquene	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 22	16:00 horas	G. Desportivo Maputo	X C. Ferroviário de Nacala	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 23	18:00 horas	C. D. da Costa do Sol	X C. Ferroviário da Beira	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 24	20:00 horas	C. Ferroviário de Maputo	X C. D. A Politécnica	Pav. CFV Beira

Sábado - Dia 11-08-2018				
Nr. Jogo	Horas	Equipa A	Equipa B	Local
Jogo nr. 25	14:00 horas	C. D. A Politécnica	X Vaz Basket Team	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 26	16:00 horas	C. Ferroviário de Nacala	X C. Ferroviário de Maputo	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 27	18:00 horas	C.D. Maxaquene	X C. D. da Costa do Sol	Pav. CFV Beira
Jogo nr. 28	20:00 horas	C. Ferroviário da Beira	X G. Desportivo Maputo	Pav. CFV Beira

Sociedade

→ continuação Pag. 15 - Nyusi assinala 1 ano de negociações pessoais com a Renamo assinando Memorando que é mais um passo no ainda longo percurso até entrega das armas

te acordados nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e na Polícia da República de Moçambique (PRM).

“A entrega das armas é a última de todas as etapas”

Ultrapassado o prazo Ossufo Momade revelou ao semanário Canal de Moçambique a apresentação das listas das suas “forças residuais” na verdade ficou condicionada ao documento assinado nesta segunda-feira (06). “(...) Quando conversamos no dia 11, havíamos combinado para que pudéssemos elaborar um Memorando de entendimento, e é esse memorando de entendimento que deve ser assinado. Acontece que a elaboração desse memorando de entendimento ainda não terminou”.

De acordo com o líder interino do partido Renamo rubricado este Memorado, segue-se o reenquadramento dos seus membros que já estão “marginalizados” nas FADM e só “depois de esse processo terminar é que vamos integrar as forças residuais da Renamo na Polícia da República de Moçambique e nas várias unidades”.

Questionado pelo semanário Canal de Moçambique sobre a entrega das armas que o partido tem na sua posse em quantidade desconhecida Momade deixou claro que: “A entrega das armas é a última de todas as etapas. Para nós, o mais importante não é a entrega das armas, é aonde e a quem vamos entregar as armas. Nós não vamos entregar as armas a uma instituição ou grupo de pessoas que depois vai usá-las contra nós. Nós também pensamos. Queremos entregar as armas a uma instituição credível, e não ao partido Frelimo. E uma instituição de que nós também fazemos parte”.

Importa recordar que faz parte das exigências do maior partido da oposição integrar os seus homens nos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE). “Qual é o receio que a Frelimo tem de ter membros da Renamo no SISE. Se estamos a tratar da reconciliação nacional, é certo que os membros da Renamo são cidadãos nacionais. Não há nenhuma confiança com este SISE. Se a Renamo não estiver lá, nada terá sido feito”, declarou Momade Ossufo ao semanário Canal de Moçambique.

Primeira mulher multada na Dinamarca por usar véu integral em público

Uma mulher de 28 anos tornou-se a primeira a ser multada na Dinamarca por usar um niqab, um tipo de véu que tapa quase por completo a cara, deixando apenas os olhos a descoberto. Estava a fazer compras num centro comercial de Horsholm, a norte de Copenhaga, quando uma mulher lhe tentou arrancar o véu da cara, seguindo-se uma luta entre as duas.

Texto: Público de Portugal

Foi na sequência da luta que a polícia foi chamada ao local. “Enquanto lutavam ficou sem o niqab, mas quando chegámos já o tinha posto outra vez”, disse David Borchersen, responsável policial, à agência de notícias dinamarquesa Ritzau.

Depois de a terem fotografado e de terem em seu poder cópias das imagens do incidente recolhidas pelas câmaras de videovigilância do centro comercial, as autoridades comunicaram à mulher que usava o véu que receberia pelo correio uma multa equivalente a 130 euros e deram-lhe a escolher – ou retirava o véu e deixava a cara visível ou abandonava o espaço público. Ela preferiu a segunda opção.

Foi sob proposta do Governo de centro-direita que o Parlamento dinamarquês proibiu no final de Maio o uso de véu integral islâmico em espaços públicos, uma decisão que foi criticada pela oposição e por organizações de defesa dos direitos humanos que viram na medida uma limitação das liberdades individuais, quer religiosas, quer culturais.

Ficou, então, estabelecido que as mulheres que usassem burqa (uma peça de vestuário que cobre todo o corpo, dos pés à cabeça, podendo ter uma parte rendilhada na zona dos olhos) ou niqab em público incorreriam numa multa entre os 130 e os 1300 euros

(em caso de reincidência).

Situações absurdas

A nova lei acaba de entrar em vigor e é muito semelhante às que já existem na Áustria, na Bélgica ou em França. As consequências são muito diversas. Na Áustria, onde a legislação entrou em vigor em Outubro de 2017, a polícia já concluiu que não está a resultar: a maioria das queixas resultou em avisos a pessoas que usavam máscaras contra a poluição, máscaras de ski, e fatos (e máscaras) de animais, disse a polícia, queixando-se de uma “acumulação de situações absurdas” por causa desta lei.

Em França, o primeiro país a legislar sobre o tema, em 2011, verificou-se que seria inconstitucional proibir directamente o véu islâmico, pelo que a lei se refere a estar no espaço público com o rosto coberto, o que também já gerou situações deste tipo. Já desde 2004 que é proibido usar hijab (véu que cobre apenas o cabelo e pescoço) nas escolas públicas.

Na Dinamarca já era proibido o uso de símbolos religiosos ou políticos dentro dos tribunais, razão que impedia qualquer juiz, fosse homem ou mulher, de cobrir a cabeça com lenços, véus, turbantes ou kipah (ou solidéu, usado pelos judeus).

Mundo

Forte terramoto deixa mais de 30 mortos nas ilhas de Lombok e Bali, na Indonésia

Pelo menos 32 pessoas morreram no domingo, quando um forte terramoto, com 7 graus de magnitude, atingiu a ilha de Lombok, na Indonésia.

Texto: Agências

Os poderosos tremores geraram pânico em turistas e moradores, e foram sentidos também na ilha vizinha, de Bali, famoso destino de viajantes. Em Lombok, milhares deixaram as suas casas para buscar segurança em locais abertos.

O chefe da Agência de Mitigação de Desastres na província de West Nusa Tenggara, Agung Pramujana, disse à Reuters que 32 pessoas foram confirmadas como vítimas fatais, muitas em regiões ao norte e ao oeste de Lombok. Ele afirmou que a agência ainda está reunindo dados sobre os feridos.

O ministro de Assuntos Internos de Cingapura, K. Shanmugam, que estava na cidade de Mataram, em Lombok, na hora do terremoto, escreveu em seu perfil no Facebook que seu quarto de hotel no 10º andar balançou violentamente e as paredes racharam. “Era praticamente impossível ficar de pé. Ouvi gritos”, escreveu ele. “Saí, consegui descer pelas escadas, enquanto o edifício ainda balançava. A energia caiu por um tempo. Havia muitas rachas e portas caindo”.

O terremoto, que aconteceu no início da noite a uma profundidade de 10 quilómetros ao norte da costa de Lombok, aconteceu uma semana após um tremor de magnitude 6,4 que matou 14 pessoas

na ilha e levou a uma evacuação em larga escala de um vulcão popular entre montanhistas.



Autoridades disseram que viajantes nos aeroportos de Bali e Lombok entraram em pânico, mas que houve danos mínimos aos prédios e as operações não foram interrompidas.

O terremoto foi sentido durante alguns segundos em Bali, levando pessoas a correrem de suas casas, hotéis e restaurantes. “Todas as pessoas no hotel estavam a correr, então eu também corri. As pessoas lotaram as ruas”, disse uma turista australiana, Michelle Lindsay. “Havia diversas autoridades dizendo para as pessoas não entrarem em pânico”, adicionou.

Outras testemunhas disseram que o terremoto ficou mais forte durante alguns segundos, sacudindo portas e janelas em suas molduras.

Governo do Bangladesh muda lei para punir condutores que matam

O Governo do Bangladesh aprovou esta segunda-feira o aumento da pena máxima de prisão por condução negligente de três para cinco anos, após nove dias de protestos de estudantes contra a morte de dois adolescentes por um autocarro em excesso de velocidade em Daca, a capital.

Texto: Público de Portugal

A primeira-ministra Sheikh Hasina, que enfrentará eleições no fim do ano, acusou os seus rivais políticos de tentarem provocar um sentimento anti-governo, utilizando as mortes como pretexto. A oposição negou qualquer envolvimento.

A populosa capital de 18 milhões ficou paralisada por estudantes furiosos, que exigem alterações às leis dos transportes, depois das mortes de 29 de Julho. O motorista de um autocarro privado perdeu o controlo do veículo e atropelou um grupo de estudantes universitários, quando alegadamente disputava passageiros com outro autocarro.

“De acordo com a lei proposta, a condução negligente (provocando a morte) pode ser condenada com pena até cinco anos de prisão,” disse o ministro da Justiça, Anisul Huq aos jornalistas, após uma reunião do governo dirigida por Hasina.

O atropelamento premeditado implicará acusações de homicídio e a pena de morte, acrescentou. A aprovação da proposta pelo Parlamento é vista como

uma formalidade, uma vez que a Liga Awami de Hasina possui uma esmagadora maioria.

Desafiando os avisos do Governo para cessar os protestos, alguns estudantes universitários na segunda-feira atiraram tijolos à polícia e outros tentaram fazer procissões pela cidade.

A polícia utilizou gás lacrimogénico e canhões de água para dispersar os manifestantes, depois de os estudantes terem parado veículos, exigindo ver a documentação dos condutores e dos automóveis.

A polícia disse ainda estar a investigar o ataque de domingo a um veículo que transportava a embaixadora dos Estados Unidos, por um grupo de homens armados, alguns em motocicletas. Não houve feridos mas dois veículos ficaram danificados.

A Embaixada dos Estados Unidos afirmou não estar em posição de comentar até que a investigação esteja concluída. A embaixadora no Bangladesh Marcia Bernicat regressava do jantar na altura do ataque.

Anteriormente, a Embaixada havia criticado a repressão policial dos manifestantes, que descreveu como tendo “unido e capturado a imaginação do país”.

Na semana passada, a polícia agrediu alguns dos estudantes na tentativa de os dispersar.

As regras de trânsito não são muito aplicadas e os estudantes culpam a rede de autocarros privados de incidentes numa cidade sufocada por enormes filas de trânsito.

Os acidentes rodoviários matam 12000 pessoas e provocam 35.000 feridos anualmente no Bangladesh, de acordo com o Accident Research Institute da Universidade de Engenharia e Tecnologia, gerida pelo Governo do Bangladesh.

Sheikh Shafi, um estudante do politécnico ferido num protesto no sábado, disse que um dos problemas são as muitas horas que os motoristas trabalham por não receberem salários mensais mas sim comissões conforme o número de passageiros.

Noite de violência nos EUA deixa pelo menos 4 mortos e 40 feridos

Pelo menos 40 pessoas foram baleadas na cidade norte-americana de Chicago durante a meia-noite de sábado até o início da manhã de domingo, e quatro morreram, disse a polícia, numa onda de violência numa cidade cujas autoridades dizem que os incidentes com armas vêm diminuindo neste ano.

Texto: Agências

“Foram ataques com armas tanto aleatórios quanto intencionais em nossas ruas”, disse Fred Waller, chefe da Divisão de Patrulhamento do Departamento de Polícia de Chicago, em coletiva de imprensa no domingo. Ele disse que a maioria dos ataques tem relação com a violência das gangues na metrópole de cerca de 2,7 milhões de pessoas, a terceira maior dos Estados Unidos da América.

A polícia disse que atiradores visaram uma festa comunitária, uma reunião após um enterro e outras reuniões em uma noite durante a qual milhares de pessoas foram a um show no centro da cidade.

A mídia local noticiou que a maior parte da violência se concentrou no lado oeste, onde 25 pessoas foram baleadas em ataques diferentes.

Waller alegou que os ataques com armas em 2018 caíram em relação ao ano passado. No início deste mês o jornal Chicago Tribune, que vem monitorando as estatísticas de ataques com armas, disse que tais incidentes diminuíram na cidade, uma vez que até 1º de Agosto ocorreram 533 a menos do que no mesmo período de 2017.

“De forma nenhuma estas estatísticas mostram que temos uma vitória”, disse Waller. Ele afirmou que a polícia está trabalhando com outros grupos de aplicação da lei para visar as actividades das gangues. “Prometo que não seremos derrotados”.

Até a noite de domingo ainda não havia maiores detalhes sobre os ataques com armas.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 17 - Falência técnica das Linhas Aéreas de Moçambique aumentou em 2017, passivo ultrapassa os 16 bilhões de meticais

Cidadania

incidentes familiares e rejeição comunitária. A presença das mulheres em cargos administrativos e de tomada de decisão é ainda condicionada por desafios ligados à pobreza, educação e divisão social do trabalho, que principalmente relegam à mulher a responsabilidade pelas lides domésticas (Agy, 2018).

A criação e legalização dos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN) ao nível das comunidades locais têm, de alguma forma, ajudado a contra-balançar estas desigualdades, uma vez que a abordagem de igualdade de direitos no acesso à terra e outros recursos naturais, plasmada nos principais instrumentos, é transmitida às comunidades durante as capacitações e formações pelos provedores de serviço nessa área.

Nestes comités, as mulheres têm uma participação importante mas ainda minoritária face aos homens (ver quadro a seguir). A protecção do território, entendido como um conjunto de recursos que

inclui a terra, as fontes naturais de água como rios e lagos, a floresta de onde tiram a madeira e a lenha, a fauna como fonte proteica na alimentação e também as pessoas e as relações sociais, culturais e simbólicas que estas estabelecem entre si, é, na hora actual, uma preocupação crescente entre as mulheres rurais. Quadro 1: Composição por género dos CGRN estabelecidos (2006 - 2017).

4. A (im)permeabilidade das instituições aos mitos e suas implicações

A gestão e administração de terras sempre se fez acompanhar pela existência duma autoridade responsável por garantir a distribuição deste recurso para o conjunto dos utilizadores. No entanto, este processo nem sempre é transparente em função das múltiplas agendas que a terra comporta e dos interesses e ideologias dos grupos dominantes na hierarquia de poder. Face a essas ideo-

logias políticas, é possível compreender a frequente mudança das políticas de desenvolvimento rural e deduzir o nível de abertura das instituições para o tratamento, ou não, de alguns destes mitos e tabus sobre a terra.

Numa sociedade predominantemente rural, como a Moçambicana, importa estar atento aos aspectos sociológicos e antropológicos da cultura e normas práticas predominantes, como, por exemplo, a tradição e vivência dos povos, seu modo de organização e formas de uso e gestão da terra e dos recursos, pois estes podem igualmente influenciar ou reforçar alguns tabus.

Assim, o papel das instituições é importante na gestão e administração de terras. Quanto mais democráticas e transparentes elas forem, mais elas abertas, responsivas e permeáveis elas tenderão ser. De contrário, uma administração institucional autoritária tenderá, naturalmente, a servir aos

interesses dos grupos mais informados ou próximos dos centros de decisão, que muitas vezes mantêm alianças com o capital externo, as elites nacionais e estas com as elites nas comunidades.

5. Conclusão

Do acima exposto, é possível depreender que o quadro legal sobre terras já não responde às actuais práticas quotidianas nem aos desafios e aos problemas de diversos grupos sociais e do Estado. As inúmeras irregularidades no cumprimento da Lei, o crescimento dos mercados de terra, os conflitos de terra entre populações locais e investidores, testemunham deste aspecto.

Tal como actualmente se considera, a revisão do quadro legal sobre terras deve preconizar o conhecimento, em primeiro lugar, da prioridade dos instrumentos que precisam ser revistos, e, de seguida, que aspectos desse instrumento exigem uma re-

visão, e, por fim, quais os factores ou falhas na origem da necessidade dessa revisão. Um conhecimento profundo dos motores na origem da necessidade de revisão de cada um dos pontos a serem identificados pode permitir uma melhor operacionalização das novas mudanças.

Reconhecida a sua necessidade, considera-se importante que a execução do processo de revisão seja devidamente planeada, isto é, após a identificação dos pontos prioritários em termos de revisão, listadas as necessidades em termos materiais, de pessoal e financeiros, e as actividades devidamente calendarizadas e sua execução monitorada. A monitoria de um assunto desta natureza é mais que a verificação de prazos. Há problemas surgidos que exigem tempo para o seu tratamento, não devendo ser contornada a participação popular.

Por Uacitissa Madamule
Observatório do Meio Rural
(OMR)